

II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco

[Projeto de Resolução n.º 1965/XIII/4.^a (CDS-PP, PSD, PS e BE)]

Reunião n.º 11

(Sem revisão final)

11 de abril de 2019

(17h23 – 22h41)

Ordem do dia:

Audição do Dr. Vasco Orey* (ex-diretor da Direção de Gestão de Risco da Caixa Geral de Depósitos)

Presidentes da Comissão: Fernando Rocha Andrade e João Pinho de Almeida

Deputados oradores:

Mariana Mortágua (BE)

Cecília Meireles (CDS-PP)

Duarte Alves (PCP)

Inês Domingos (PSD)

João Marques (PS)

Duarte Marques (PSD)

Conceição Bessa Ruão (PSD)

*Apresentação em *PowerPoint*

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início à reunião da II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco.

Eram 17 horas e 23 minutos.

Na ordem do dia de hoje está a audição do ex-diretor responsável pela Direção de Gestão de Risco da Caixa Geral de Depósitos, Dr. Vasco Orey, quem cumprimento e agradeço a presença e colaboração com esta Comissão de Inquérito.

Cumpre-me dizer, para contextualização do depoente, que o objeto desta Comissão de Inquérito, tal como consta da Resolução da Assembleia da República que a criou, é, sinteticamente, o apuramento das práticas de gestão da Caixa Geral de Depósitos no domínio da concessão e gestão de crédito e outras modalidades de financiamento desde o ano 2000 e a apreciação da atuação dos órgãos societários da Caixa Geral de Depósitos, incluindo os de administração, fiscalização e auditoria, diretores, auditores externos, governos, bem como dos supervisores financeiros.

Cumpre-me também referir, igualmente para contexto, que, nos termos da legislação que regula o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito, estas comissões gozam dos poderes de investigação das autoridades judiciais que a estas não estejam constitucionalmente reservados e que a recusa de depoimento ou o não cumprimento de ordens legítimas desta Comissão Parlamentar, no exercício das suas funções, constitui crime de desobediência qualificada.

Tendo havido um requerimento do PSD para a extensão da grelha inicial de tempos, cabe-me também informar ao depoente que a audição é constituída, em princípio, por duas rondas. Na primeira ronda, os grupos

parlamentares dispõem de 8 minutos para fazer perguntas, sendo que o Sr. Doutor disporá do tempo que considerar necessário para responder. Na segunda ronda, os grupos parlamentares têm 5 minutos para colocar questões, tendo o Sr. Doutor também o tempo que considere necessário para responder.

Se houver necessidade, poderá haver uma terceira ronda, em que cada Sr. Deputado disporá de 2 minutos, respondendo o Sr. Doutor a todos no final.

O Sr. Doutor pode — e já sabemos que é sua intenção, uma vez que já tem a sua apresentação projetada no ecrã — fazer uso do direito de uma intervenção inicial, a qual, peço, não deve exceder os 15 minutos.

Cumpre-me também indicar que vários grupos parlamentares manifestaram o desejo que esclareça — se entender fazê-lo —, no decurso da sua apresentação inicial, dentro deste período que é objeto da Comissão de Inquérito, ou seja, entre 2000 e 2015, quais foram os anos em que exerceu funções na Caixa Geral de Depósitos ou em sua representação.

Posto isto, tem a palavra o Sr. Dr. Vasco Orey.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**¹ (ex-diretor da Direção de Gestão de Risco da Caixa Geral de Depósitos): — Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para quem está há uns anos aposentado e cuja maior preocupação é empatar e iscar anzóis, digo-lhes que esta é uma situação muito intimidatória.

Mas, posto isto, deixem-me recuar ao ano 2000, pois penso que o que querem é isso. De 2000 a 2001, enfim, foi um período preparatório, estive na Caixa Geral de Depósitos. Em 2001, foi criada a DGR (Direção de Gestão de Risco), para a qual fui nomeado responsável e onde estive desde 2001 até 2010.

¹ Apresentação em *PowerPoint*

Em 2010, exerci funções no Grupo Caixa Geral de Depósitos, mas na Fidelidade Mundial/Império Bonança, portanto na área dos seguros, no Calhariz. Foi este o meu percurso na Caixa.

Ao mesmo tempo que era — primeiro, era diretor, depois era diretor coordenador, diretor responsável, não interessa, são diferentes designações para o mesmo designado — diretor responsável da DGR, exerci funções não executivas de administração, sempre em diversas empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, quer fosse o CaixaBI, quer fosse a Caixa Gestão de Ativos, e, depois, a Caixa Capital.

Ah, importante, para não esquecer: a certa altura, a Caixa, com um parceiro, comprou a Compal e eu fui nomeado presidente da Compal, de onde, depois, saí e fui substituído pelo Dr. Silva Correia, penso.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Em que período?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Na Compal? Não me lembro, mas foi quando a Caixa a adquiriu. Foi pouco tempo depois de a Caixa ter adquirido a Compal e até ser decidido um certo rumo para a empresa. Nessa altura, saí.

Se não me engano e se a memória não me falha, penso que descrevi o meu percurso no Grupo Caixa Geral de Depósitos. Já agora, deixem-me dizer que gostei muito de lá trabalhar. Era um sítio fantástico para trabalhar e com pessoas de enorme profissionalismo e enorme brio profissional.

Ora bem, espero ter posto o acrónimo certo e de não me ter esquecido de nenhuma das consoantes e vogais necessárias.

Isto é muito simples. Como podem ver no *slide 2*, começarei por apresentar uma breve visão da Direção de Gestão de Risco e de como víamos o processo de crédito e, depois, darei umas notas finais acerca deste período de 2001 a 2010.

Sobre a Direção da Gestão de Risco (*slide 4*), posso dizer que foi criada em 2001. Integrava pessoas que vieram da Caixa, do BNU (Banco Nacional Ultramarino) e do CaixaBI. Tinha subjacente uma versão unificada do risco, isto é, os riscos em que a Caixa incorreria — o risco de crédito, de mercado, de liquidez, de modelo —, ou, melhor, a sua observação e monitorização estaria concentrada naquela Direção.

A missão principal era a de defender o capital da CGD. Fisicamente, estávamos divididos entre Lisboa e o Porto. Posso dizer que tinha uma área de análise de risco que durante muitos anos esteve vazia, porque, no fundo, a ideia era haver uma gestão, ou seja, ver ali o resultado da gestão de todos os riscos. Tinha uma área de risco de crédito, uma área de risco de mercado, uma área de risco de liquidez, uma área de risco de modelo, uma área que, essencialmente, tinha a seu cargo a central de balanços, a notação de risco e, que me lembre, a produção de relatórios, de seguimento de carteiras, por exemplo, fazendo, portanto, a monitorização de risco de crédito.

Quando começámos, quantas pessoas estavam lá? Fui catar isso e nessa altura integrámos 90 pessoas. E, depois, quando eu saí, eram 120. Era o que tínhamos.

Relativamente aos pareceres de crédito (*slide 5*), partimos de uma situação — lembro-me que havia documentos da Caixa, na altura, quando começámos, que diziam que «se possível, as propostas de crédito são acompanhadas por um parecer», se possível! — e chegámos, no fim, a uma situação em que os pareceres eram de emissão obrigatória. Para quem? Acho que está escrito no relatório da Ernst que eram para operações, para empresas integradas em grupos cuja exposição ao Grupo CGD fosse superior a 1 milhão e meio de euros, quando fossem clientes.

A definição de «grupo económico» que era adotada era a do Banco de Portugal, em que «grupo económico» é um grupo de empresas onde

havia alguma influência conjunta ou uma influência comum. Não é necessariamente dotações de capital, é muito mais lato do que isso.

A exposição era a exposição ao Grupo CGD, não era a exposição à Caixa doméstica. Era a exposição ao Grupo. Portanto, tínhamos essa noção.

Porque é que o parecer era emitido e como é que era emitido? Posso já ir dizendo alguma coisa sobre isso. Como se vê no *slide 5*, o parecer era emitido a solicitação da área comercial, recebíamos os elementos, era entregue à área comercial e tinha regras internas que diziam que o resultado da apreciação contido no parecer não era mandatário.

O que é que é IC? É intervenção conjunta. E o que é que é isso? É uma decisão que é tomada em conjunto por um administrador e um diretor.

Na ID, intervenção delegada, havia dois administradores.

No Conselho de Crédito, CC(R) — na apresentação pus entre parênteses o «R», porque era Conselho de Crédito e Riscos, passando, depois, a Conselho de Crédito, e é a mesma coisa —, estão três administradores.

No Conselho Alargado de Crédito, CCA(R), e novamente o «R» representa Riscos, estão lá quatro administradores.

Esta foi a nossa intervenção.

Ora bem, deixem-me agora falar sobre o processo de crédito (*slide 8*) Como é que víamos o processo de crédito? Víamos o processo de crédito, no geral, como uma fase de prospeção, a atuação comercial, uma fase de seleção, que é a fase em que, se quiserem, o parecer é emitido e, depois, no fim, no fundo, a operação é aceite ou não é aceite.

Havia uma fase de admissão, em que havia a decisão de admitir aquele risco, uma fase crucial de contratação e uma fase de seguimento do crédito. Havia também uma fase de recuperação.

Quando estou a falar de processo de crédito, deixem-me especificar que estou a falar do processo de um crédito e não de um processo de um risco de crédito.

Depois, em que é que a DGR intervinha? De todas aquelas fases, intervínhamos na seleção e, se fosse preciso, na reestruturação. Portanto, não tínhamos intervenção na prospeção, nem na admissão, nem na contratação, nem no seguimento dos processos, embora tenhamos de ver como é que isto pode ser qualificado. Quanto à recuperação normal ou contenciosa, também não era absolutamente nada connosco.

Ora bem, estou quase a acabar a minha apresentação, mas acho que era importante deixar aqui umas notas, para abrir a intervenção (*slides* 10 e 11). A primeira coisa que vos quero dizer é que a DGR era totalmente independente. Permitam-me que repita: a DGR era totalmente independente na emissão de pareceres sobre operações envolvendo risco de crédito. Nós éramos totalmente independentes.

A DGR não votava nos Conselhos de Crédito. Quem vota nos Conselhos de Crédito são os administradores. Aliás, os Conselhos de Crédito são conselhos delegados do Conselho de Administração.

A DGR não podia fazer declarações de voto nos Conselhos de Crédito. Não tinha voto nesses Conselhos, não podia... E a DGR, obviamente, não tinha poder de veto nos Conselhos de Crédito. Não tinha.

A DGR não podia retirar pareceres emitidos. Não conheço nada do normativo da Caixa que fale sobre a DGR retirar um parecer.

O parecer era emitido pela DGR, era entregue à área comercial e essa integrava-o no processo de crédito que era apresentado ao Conselho. Esta era a lógica.

Portanto, não podíamos chegar lá tipo menino que tem a bola no recreio e que, não gostando de estar a levar golos na sua baliza, diz «deem cá a bola!».

Impossível! O parecer estava entregue.

Finalmente, deixem-me dizer que tive de voltar a fazer algo que não fazia há anos — os senhores obrigaram-me —, ou seja, fui estudar! Estudei muito atentamente o relatório *Caixa Geral de Depósitos, Auditoria Independente aos Atos de Gestão praticados entre 2000 e 2015* — na versão que está disponibilizada no *site* da Assembleia da República, que foi a que tive —, o qual contém realidades alternativas, como se diz hoje, das quais são extraídas conclusões.

Portanto, podemos seguir com isto, e é o que lhes posso dizer.

Com isto, agradeço a atenção que me prestaram e, a partir de agora, estarei ao vosso dispor.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Obrigado, Dr. Vasco Orey.

Hoje, as primeiras perguntas cabem ao Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, queria agradecer ao Dr. Vasco Orey e perguntar-lhe o seguinte: o senhor era o diretor de risco, mas havia um administrador responsável pela gestão do risco? Ou seja, respondia a um administrador dentro da Caixa?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, era um diretor. Um diretor é responsável por um serviço e tem sempre um administrador de pelouro. Sempre.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem foram os administradores de pelouro ao longo deste período?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Vou tentar ser o mais exaustivo possível. Não lhe garanto que seja capaz de o ser.

Ora bem, o primeiro foi o Dr. Alexandre Sobral Torres. Depois, foi o Prof. António de Sousa. Seguiu-se o Eng.º Mira Amaral. Depois de o Eng.º Mira Amaral ter saído, foi o Dr. Vítor Martins, tendo-se seguido o Dr. Carlos Santos Ferreira e o Dr. José Ramalho. Houve ali uma administração bicéfala.

Tanto quanto me lembro, no fim, foi o Dr. Pedro Cardoso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Cabia a este administrador defender a posição da direção de risco nas reuniões dos Conselhos de Crédito?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, repare, não estava na administração. Não é que não me lembre, mas não sei quais eram as funções dos administradores. A nós, não nos era comunicado. Era-nos comunicado que, na administração, este senhor tinha este pelouro ou tinha a responsabilidade desta direção. Não nos era comunicado mais nada. Eu não sei isso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas esteve presente nas reuniões de Conselho de Crédito e Conselho Alargado de Crédito?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, era parte da minha vida. Parte substancial do meu tempo era empregue na presença nos Conselhos de Crédito e nos Conselhos Alargados de Crédito.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já lá vamos.

Tem memória dos administradores que foram responsáveis pela Direção de Grandes Empresas?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Isso é muito mais difícil. Tenho memória de quem eram os diretores, mas de quem eram os administradores responsáveis não tenho.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em 2002, Almerindo Marques escreveu uma carta sobejamente conhecida com várias críticas ao processo de crédito dentro da Caixa. Teve conhecimento dessa carta e dessas críticas?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Vamos ver, a minha relação com o Dr. Almerindo vem desde 1980. O Dr. Almerindo teve a simpatia de, quando saiu, me chamar ao gabinete e de me dizer que ia sair e que, com a sua saída, o Risco sairia reforçado.

Mas nunca me disse o que era carta ou o seu teor. Aliás, a carta não me era dirigida, portanto não tinha de me dizer.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que é facto é que, depois da saída dele, houve um conjunto de normativos que foram criados dentro do banco, nomeadamente em 2003 e 2005.

Gostaria de saber se o normativo que foi criado foi para defender o capital do banco e para defender boas práticas dentro do banco?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, acredite no que lhe vou dizer: esse era o meu intuito. Em relação a todo o normativo que fomos criando, objetivamente, íamos vendo o que ia saindo em termos de regulamentação e íamos tentando adaptar à realidade do banco. Se olhar

para algumas ordens de serviço que saíram, nomeadamente a de 2003, a de risco de crédito, empresas, acho que, enfim, esse normativo é algo avançado relativamente ao que a Caixa tinha anteriormente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas esse normativo não se aplicava aos administradores. Ou seja, os administradores tinham carta-branca para não cumprir as normas de segurança na concessão de crédito.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, posso responder à vontade?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pode e deve!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Obrigado.

O Risco é um serviço do banco. É um serviço como a contabilidade é um serviço, como as operações são um serviço. É um serviço!

Os administradores administram o banco e têm responsabilidade civil e responsabilidade criminal pelos seus atos.

Agora imagine a seguinte situação: o Risco é que mandava no crédito do banco e que dizia quais eram as operações que deviam ser aprovadas e quais as que não deviam sê-lo, por exemplo, mas a responsabilidade não caía sobre o Risco, mas sobre a administração.

Para mim, é um pouco complicado as pessoas terem aquela responsabilidade civil e criminal e andarem a reboque do que diz um serviço.

Mas todo o exercício de um direito deve estar acompanhado de escrutínio — como é que esse direito é exercido.

Deixe-me dizer-lhe que, em relação a esse escrutínio, houve uma iniciativa extraordinária na Caixa Geral de Depósitos no tempo do Dr. José de Matos. No tempo do Dr. José de Matos, foi criada uma comissão de

avaliação do Conselho de Administração, composta por três membros nomeados pelo Sr. Ministro das Finanças.

Essa comissão foi deitada fora e hoje existe uma comissão — e o que lhes vou dizer é público, está no *site* da Caixa Geral de Depósitos — de avaliação do Conselho. Existe, sim senhor. Mas deixem-me dizer-lhes mais: quem é que nomeia a comissão? É o Conselho! O Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos nomeia a comissão que o avalia e tem lá perdido nos documentos... E avalia o quê? Avalia o Conselho, individual, cada um dos membros, e o Conselho como um todo. Volto a repetir, é uma comissão nomeada pelo Conselho que faz isto.

E mais: quem é que compõe esta comissão? O presidente é um membro do Conselho e os vogais são dois membros do Conselho Fiscal.

Portanto, os membros do Conselho têm de ser soberanos na sua decisão, mas a gente espera é que haja algum escrutínio independente sobre aquilo que é feito.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A verdade é que, antes do Dr. José de Matos, não existia. A minha pergunta é se havia algum dever de justificação das operações que eram decididas, sobretudo quando eram claramente decididas ao arrepio das indicações do Risco.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, vamos pôr... Não é que eu concorde, mas podemos olhar para isto de outra maneira: eram decididas a favor daquilo que a área comercial propunha. Portanto, podiam ser decididas ao arrepio do Risco, mas eram decididas, com certeza, a favor do que a área comercial propunha.

O risco e a parte comercial, melhor, o risco e o retorno são dois — falei nisto, uma vez, ao Prof. António de Sousa e ele disse «não utilize essa palavra!» — elementos ortogonais no banco.

Para onde é que temos de olhar? É do equilíbrio dos dois que vem, mas... Sabe como é, não sabe? Um espaço a duas dimensões, dois vetores a gerar, às vezes, vai para um lado, outras vezes, vai para o outro e, às vezes, é uma combinação linear dos dois.

Mas, pronto, algumas vezes era decidido contra o Risco, isto é, a favor da recomendação da área comercial.

Peço-lhes que façamos um exercício: se, por acaso, tudo tivesse sido decidido conforme o Risco, será que as coisas tinham corrido de maneira diferente? É um contrafactual de que a gente não pode nunca ter o resultado.

Mas o que podemos pensar — e isso garanto-lhe — é que o Risco propunha aquilo que pensava que era a melhor maneira de defender o capital da Caixa. Essa é que é essa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Gostaria de perguntar se acha que o papel da Caixa na concessão de crédito é o de especular com o valor de ações.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, como diretor da DGR, não posso achar nada sobre o papel da Caixa. Como diretor da DGR, compete-me a dar um parecer técnico, ou suportar os técnicos que dão o parecer técnico, sobre as operações.

Não me é permitido fazer julgamento de valores sobre as operações que me são apresentadas. Sou obrigado a fazer um julgamento sobre o risco que está nelas.

Eu dizia às pessoas que trabalhavam comigo que o pior serviço que podemos fazer à Caixa é dar um parecer negativo — é o pior! —, porque quer dizer que não tivemos imaginação nem capacidade suficientes para

transformar uma situação de alto risco numa situação em que o risco possa ser considerado suportável.

O que é que quero dizer com isto? Como diretor da DGR, não posso ter opiniões sobre as operações que me são... Bem, vamos lá ver, se me é apresentada uma operação para financiar uma atividade ilegal, isso é outra coisa! Isso é impensável! Para mim, isso era impensável. Mas, dentro das atividades legais, não posso ter uma opinião.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, quando escrevia no parecer de risco — e há vários pareceres de risco com ela — a frase «entendemos que a operação proposta comporta um nível de risco de crédito significativo e apenas pode ser equacionada se enquadrada numa lógica estritamente financeira, isto é, tendo por base somente o valor dos ativos a adquirir», queria dizer que o crédito da Caixa só podia ser contemplado ou equacionado se fosse visto como um crédito especulativo, ou seja, como se a Caixa estivesse a adquirir o ativo financeiro em si?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Só assim podia. Mas, e há sempre um «mas» na vida, nós olhávamos para isso e pedíamos também outra condição — na maior parte das vezes, devíamos ter pedido, não juro que tenha sido em todas —, que era uma margem.

Quando estamos a pedir uma margem, estamos a dizer: «Olhe, vamos emprestar-lhe dinheiro, mas temos de ter aqui uma garantia que é superior ao dinheiro que vamos emprestar».

Essa margem, depois, é medida e se a garantia, a relação financiamento/garantia vai abaixo do que está, o que é que fazemos? Fazemos uma chamada de margem. E, se não houver ativos para acorrer à chamada de margem, executa-se. Anula-se a operação, vende-se os ativos que têm garantia. Anula-se o crédito.

Portanto, percebo o que me diz. Se fosse assim: tome lá 100 e vá comprar 100 de ações. Bem, isso é...! Mas agora não é tome lá 100, é tome lá mais e atenção que se a garantia descer de valor ou, melhor, se a cobertura da garantia se deteriorar para a Caixa, nós vamos executar. Aí, assim, acho que a situação é um bocadinho diferente.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Peço desculpa, mas queria fazer uma clarificação. Creio que disse «tome lá mais», mas verdadeiramente seria «tome lá menos» do que o valor do ativo a adquirir. Não?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Vamos lá ver, espere aí. Isto é sempre difícil.

Se a relação financiamento/garantia é de 120%, bem, agora, queremos que o ativo cubra o crédito a 120%. Desce para 100% e dizemos «meu amigo, ponha aqui mais 20% de garantia ou, então, amortize o crédito de tal maneira a repor a relação dos 120%». É isto.

Peço desculpa se não fui claro.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O Sr. Presidente estava atento!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Pois, mas a ideia que queria transmitir é esta, não é tome lá mais, no sentido de tome lá mais crédito... Não, não!

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto, então, porque é que a Caixa disse ao Berardo «tome lá 50 milhões» para financiar 50 milhões de ações.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, com todo o respeito, vai ter de fazer essa pergunta não a mim, que não decidi essa operação, mas a quem a decidiu. Não decidi! Como lhe disse, a DGR não tinha voto no Conselho de Crédito. Nós apresentávamos as razões e, no fim, lá ao fundo, na mesa, decidiam. Apresentávamos e tentávamos defender ao máximo o interesse da Caixa. No fim, o Conselho decidia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Disse, há pouco, que avaliava as margens. Mas a DGR não avaliou a margem de quando se emprestou 350 milhões ao Berardo para comprar ações. Gostaria de saber se se lembra desse crédito e porque é que não avaliou a margem.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, por uma razão: não nos competia. O seguimento das operações na Caixa...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Na concessão inicial. Estou a falar na concessão inicial.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Posso voltar atrás? Quando falei no seguimento, a parte da DGR estava escrita a cinzento na minha apresentação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não é seguimento. Estou a falar da concessão inicial.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sim!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Caixa emprestou 350 milhões a Joe Berardo para comprar ações. Joe Berardo dá ações de garantia, mas não houve uma avaliação da margem da garantia. Como é que essa margem vai variar?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, não nos competia a nós fazer isso. A relação com o cliente e o seguimento das operações com os clientes competia à área comercial, onde estava sediado o cliente, neste caso, na Direção de Grandes Empresas. Era a eles que competia, não a nós.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há pouco, disse-nos que, quando avaliava o crédito, avaliava a margem, para perceber se era de 100, de 120. Não poderia dar 50 para comprar 50, tinha de dar menos para comprar as ações. Disse que essa margem tinha de ser avaliada. Ou seja, as ações que eram dadas em garantia tinham de ser avaliadas no seu valor pela DGR.

No caso de Berardo, dos 350 milhões, elas não foram avaliadas, pela simples razão de que não se sabia que ações iam ser dadas em garantia. Era a pergunta que tinha para lhe fazer, mas já lá chegaremos, teremos tempo.

Queria, agora, perguntar-lhe por uma operação em concreto. Em dezembro de 2004, a Caixa emprestou 46 milhões para uma SGPS de Goes Ferreira comprar a Goes Ferreira ações do BCP, dando ações do BCP como garantia. Ou seja, Goes Ferreira comprou ações do BCP, imagino eu, com crédito do BCP. Em determinado momento, precisou de pagar o crédito e veio pedir à Caixa financiamento. Conhece esta operação?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Se foi pedido parecer ao Risco e se o Risco emitiu parecer... Não me lembro da operação, mas se me mostrar o parecer posso falar sobre ele.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Posso dizer-lhe que o parecer é negativo, é muito desfavorável a esta operação, porque Goes Ferreira só tinha ações do BCP na sua SGPS, já tinha uma dívida bastante substancial e não tinha património pessoal apurado, sendo a rentabilidade para a operação de 8,69%, o que é abaixo dos 10% que me parece ser, mais ou menos, a prática na Caixa.

A minha pergunta é: como é que é possível aprovar uma operação destas?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, está a dizer-me que exprimimos uma opinião francamente negativa sobre a operação. Era o que lhe voltaria a dizer.

Pergunta como é que foi possível aprovar. Nós, DGR, não aprovávamos! Não posso especular sobre o que estava na cabeça das pessoas que aprovaram. É impossível! Para mim, é impossível!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vou focar-me em duas operações, mas primeiro numa que me parece ser impossível de esquecer. São 350 milhões para comprar ações — repito, 350 milhões para comprar ações —, vai três vezes a Conselho de Crédito e, nessas três vezes, as recomendações da DGR não são cumpridas e das três vezes as condições do crédito são pioradas em *spread*, em rácio de cobertura... São sempre piores.

Consegue dizer-me quem é que defendeu esta operação no Conselho Alargado de Crédito?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não lhe consigo dizer quem é que defendeu a operação. Emitimos um parecer, com certeza, e o parecer está aí. Aliás, deve ser possível saber isso, mas não sei porque estou fora da Caixa há seis anos, como disse, e também digo que venho aqui sem ter tido acesso a nenhum papel da Caixa. Para mim, isso é sagrado, nunca levei papéis da Caixa para casa.

Mas é possível saber isso, porque é possível saber, através do processo, qual foi a direção que levou a operação ao Conselho. Portanto, através disso, pode saber-se quem defendeu a operação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi a Direção de Grandes Empresas. Mas repare no nosso problema: temos uma Direção de Grandes Empresas que funciona como departamento de *marketing* de quem pede o crédito. Aqueles pareceres são horrendos. Os pareceres da Direção de Grandes Empresas são *marketing* de quem pede o crédito!

E nós não temos mais informação nenhuma. A única coisa que sabemos é que há pareceres inenarráveis e impossíveis de aceitar, como, por exemplo, pedir 50 milhões para financiar ações que valem 50 milhões, ou 350 milhões para financiar ações que valem 350 milhões. E não temos mais nenhuma informação sobre quem contestou ou quem aprovou esta operação.

Portanto, aquilo que ficamos a pensar é que a Direção de Grandes Empresas chegava lá, apresentava qualquer coisa, desde que fosse de grande montante, e toda a gente aprovava de «bico calado».

Quero saber se isto era assim que acontecia dentro dos Conselhos Alargados de Crédito.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Vai fazer-me justiça: a DGR não estava de «bico calado»!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tem de prová-lo!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Vai fazer-me justiça: defendíamos o que estava escrito nos pareceres, pareceres esses que eram apresentados ao Conselho. Faz-me essa justiça?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não tenho como fazer, porque ainda não me deu elementos que me permitam...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Como? Tem os pareceres...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não tenho como fazer justiça, porque não tenho, neste momento, nenhum elemento que me permita aferir ou provar que tivesse havido qualquer tipo de contraditório dentro desses Conselhos Alargados de Crédito.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, tem uma operação que vai três vezes a Conselho, que tem um parecer do Risco e o Risco está presente. Acha que o Risco se cala? A gente não tinha nada que se calar! A nossa obrigação era, como lhes disse, defender o capital da Caixa. A nossa obrigação era defender o nosso parecer.

Perguntou-me quem é que aprovou. Acho que pode olhar...De repente, estava a pensar... Pode ver, no Conselho de Crédito, quem eram os administradores que estavam presentes.

Tem uma pista de quem apresentou a operação no Conselho de Crédito. Quem a aprovou? Foram os administradores que estavam presentes no Conselho de Crédito. Mas a DGR não foi, com certeza.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas há um administrador que é responsável pela DGR e esse administrador foi, durante algum tempo, também Vice-Presidente ou Presidente, mesmo, da Caixa. Não era de esperar que esse administrador tivesse um cuidado especial com os pareceres da DGR?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, compete-me a mim e à equipa que trabalhava connosco ser o mais profissional possível na elaboração dos pareceres.

Uma vez que o parecer está entregue, não posso dizer a um senhor que é administrador: «Olhe, tenha especial cuidado!». Posso alertá-lo, e tinha obrigação de o fazer, e dizer: «Cuidado que vai aí uma operação que é complicada. Emitimos um parecer neste sentido...». Mas, a partir daí, está completamente fora das minhas mãos.

Repare: quem é administrador tem de ter liberdade de fazer o que entende.

Contudo, também lhe posso dizer que, como disse, não houve nunca qualquer tentativa de influência sobre a emissão de um parecer. Nós éramos livres de dizer aquilo que queríamos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Era um mundo perfeito para toda a gente!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não, não era um mundo perfeito para toda a gente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Um dizia o que queria, o outro aprovava o que queria e as operações seguiam sem que ninguém as contestasse.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, a DGR não se pode pôr à porta do Conselho de Crédito com um cartaz a dizer: «Não aprovelem esta operação!» Não podemos! Não podemos! Perceba o nosso papel! Perceba o nosso papel na instituição!

O nosso papel é, do ponto de vista profissional, alertar para os riscos e tentar apresentar vias para os minorar. O risco nunca desaparece, a gente minorá-o ou transforma-o, mas ele não desaparece.

À parte isso, não podemos fazer mais.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas lembra-se quais foram os argumentos usados para, por exemplo, dar estes créditos a Joe Berardo para comprar ações do BCP? Tem de haver uma argumentação forte para passar por cima de tantas dúvidas de risco. Qual foi a argumentação?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — É horrível dizer isto aqui, mas, se quer que lhe diga, não me lembro. Não me lembro! Tem de perguntar às pessoas que defenderam a operação...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Elas também não se lembram!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Pois, mas eu não defendi! Repare numa coisa: o que lhe estou a dizer é que não defendi a operação. Não fui eu que a defendi!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas esteve do lado de quem a criticou. Portanto, se, como diz, defendeu a posição do Risco, defendeu a posição do Risco contra alguém. Quais foram os argumentos desse outro lado?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, diga-me uma coisa: quando é que essa operação foi aprovada? Quando? Em que ano foi aprovada?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há várias operações.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não. Em que ano é que essa operação...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi em 2006, 2007, 2008...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, estamos em 2019! Como é que me posso lembrar de uma discussão que ocorreu há 13 anos e dos argumentos que me apresentaram?! Não me lembro! Sinceramente, não tenho essa memória de ferro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Deixe-me fazer-lhe outra pergunta, então. Lembra-se da guerra acionista do BCP? Tem memória do momento em que Jardim Gonçalves está em luta pelo controlo do BCP?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tem memória de, nessa altura, a Caixa estar a financiar uma parte dos acionistas do BCP que estão alinhados com um lado em específico no qual está o presidente da Caixa?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Vou dizer-lhe com toda a verdade: não percebi. Não percebi! Estou a dizer-lhe isto com toda a honestidade. Não percebemos. Só houve um dia em que percebemos o que é que se passou e ficámos de boca aberta. Ficámos de boca aberta porque nunca pensámos que isso se pudesse passar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o Risco sabia da exposição da Caixa ao BCP, o Risco sabia que a Caixa estava a financiar acionistas do BCP num momento crucial da história do banco.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, ainda bem que traz o tema da exposição da Caixa ao BCP à coação.

Nós, Risco, fomos treinados para olhar para o seguinte: suponha que tem um financiamento ou uma atividade qualquer que está garantida por ações do BCP. O Risco está no financiamento. As ações do BCP que estão aqui são um colateral e servem para minorar a perda em caso de incumprimento. Portanto, uma coisa é a exposição da Caixa ao BCP enquanto a Caixa tem ações do BCP na sua carteira, outra coisa é a exposição da Caixa ao BCP enquanto o BCP serve para minorar a perda em caso de incumprimento. Para nós, Risco, eram duas situações diferentes. Não é a Caixa ter 5 milhões de ações do BCP em carteira e ter um empréstimo de 1 milhão garantido por ações do BCP. Para nós, a exposição da Caixa ao BCP não era 6 milhões, era 5 milhões e havia um colateral que valia 1 milhão que servia para colmatar perdas no empréstimo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E se as ações desvalorizarem?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Se as ações...?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Desvalorizarem.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Aumenta a perda esperada em caso de incumprimento, se não houver chamada de margem.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E se a chamada de margem for unicamente com outras ações desvalorizadas do BCP, porque as empresas a quem foi dado o empréstimo só tinham ações do BCP como património?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Mas o que interessa aí é os 120%, não é as ações estarem valorizadas. O que interessa é cobrir os 120%.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E se não houver 120% porque nunca foi cumprido 120%?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Executa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E se não for executado?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Ah, mas isso, Sr.^a Deputada, é uma decisão do Conselho. Então, quer dizer, há uma decisão... O Conselho é soberano e pode executar, decide não executar — é uma decisão do Conselho.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E fê-lo. Ou melhor, não executou.

Tenho, agora, perguntas para fazer sobre Vale do Lobo. Era normal o Risco pronunciar-se antes de haver uma proposta de financiamento?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — O Risco, sobre Vale do Lobo, ... Por acaso, esse aí tive de me lembrar. O Risco pronunciou-se de que forma?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Aparentemente, há uma proposta que é enviada ao Risco e o Risco envia elementos dessa proposta de volta à direção comercial antes de haver uma proposta formulada de financiamento. Estou a perguntar se isto aconteceu.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Mas, na primeira vez, o Risco fez uma proposta? O Risco fez um parecer?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pronunciou-se, não sei se através de parecer, se não, por isso lhe pergunto.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não. Da primeira vez o Risco fez um parecer?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não sei. Estou a perguntar-lhe.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Tanto quanto me lembro, da primeira vez, o Risco não fez um parecer e só da segunda vez, quando vieram os elementos, é que o Risco fez um parecer.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Risco pronunciou-se uma primeira vez sem haver proposta de financiamento sem parecer e uma segunda vez com um parecer.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — O Risco, da primeira vez, tanto quanto me lembro, deu uma opinião.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Era normal o Risco dar opiniões antes de haver propostas concretas formuladas? Ou seja, era normal as propostas a formular incorporarem as opiniões do Risco?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não. Vou dizer-lhe assim: o que o Risco fazia normalmente era dar pareceres. O Risco era... Estou convencido de que foi caso quase único essa opinião.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não tinha acontecido o Risco ser consultado para poder incorporar as suas opiniões na primeira proposta de financiamento a fazer.

Há uma segunda questão que gostaria de colocar. Houve alguma avaliação independente dos ativos de Vale do Lobo?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Já foi há tanto tempo que não me lembro.

Essas avaliações eram-nos comunicadas, nós não as fazíamos. Mas também há normativo da Caixa a dizer como é que as avaliações devem ser feitas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Queria apenas colocar a última questão, se o Sr. Presidente o permitir.

Queria saber quem é que defendeu esta operação de Vale do Lobo completamente irreal.

Há uma outra questão que é teórica mas que gostava que nos explicasse: se sou uma empresa e vou comprar 50 milhões em ações do BCP e dou esses 50 milhões de ações como colateral, como é que vou pagar os meus juros e, acima de tudo, como é suposto eu pagar o meu capital no final do empréstimo?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — A Sr.^a Deputada está a perguntar-me como é que olho para essa operação em termos de risco?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Como é que analisa os *cash-flows* e as hipóteses de pagamento de um crédito desta natureza? São 50 milhões de crédito para comprar 50 milhões de ações e daqui a uns anos tem de devolver tudo. Como é que se paga juros entretanto, se a empresa não tem os *cash-flows*, e como é que se paga o empréstimo no final?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Em princípio, acho que não ficamos com 50... Se empresta 100 milhões para comprar 100 milhões de ações, pede uma garantia de mais de 100 milhões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não aconteceu! O exemplo é preciso: são 50 milhões para comprar 50 milhões de ações...

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Sr.^a Deputada, tenho de chamar a atenção para o facto de já estar para além do seu tempo de pergunta.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, é óbvio. Quer dizer, os juros têm de vir dos dividendos e a amortização do empréstimo tem de vir da venda do ativo. Ou então há outra.

Vamos lá ver: há um aval pessoal do mutuário? Se houver um aval pessoal do mutuário, então, em caso de insuficiência de fundos, há maneira de ir buscar mais alguma coisa, desde que tenha bens.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Passamos agora às perguntas do Grupo Parlamentar do CDS. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Prof. Vasco Orey e agradecer a apresentação que aqui trouxe.

Tenho várias perguntas para colocar, aliás, algumas entroncariam nesta última, mas acho melhor começarmos pelo princípio, porque gostava de voltar à sua apresentação para ver algumas coisas.

Falou do relatório da Ernst & Young e disse que ele continha realidades alternativas das quais são extraídas conclusões. Gostava de perceber do que é que está a falar.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, só lhe posso agradecer a pergunta que me fez.

Acho que há três dimensões que estão no relatório para as quais vale a pena olhar.

A primeira tem a ver com a afirmação que é feita inúmeras vezes de que a DGR participa na decisão da concessão inicial do crédito no período compreendido entre 2001 e 2008. O que me interessa aqui é a minha presença na DGR, que é até 2010. Vou ser simpático: não consigo encontrar suporte factual para esta afirmação em termos da Caixa Geral de Depósitos.

Segunda linha: há acrónimos no relatório, em diversas páginas — depois, já vos vou pedir para me acompanharem no relatório —, como CRO (*chief risk officer*)... Antes, gostavam de ser marqueses, duques e barões. Hoje em dia, as pessoas gostam de ser CRO, CFO (*chief financial*

officer), CEO (*chief executive officer*), COO (*chief operating officer*)... Sei lá, «cês», *chiefs*, chefes. Acho que nunca fui CRO, mas já lá vamos.

A terceira linha que está no relatório é sobre as propostas de crédito e a intervenção da DGR.

Se não se importa, vamos à página 90 do relatório.

Pausa.

Na página 90, assumo que, quando é dito «no período 2001-2008», todas estas frases que estão acima aplicam-se a este período e, depois, entre 2008 e 2013, é o que está em baixo. Não sei se estou certo ou não ao dizer que o período de 2008 é abrangido pelo primeiro parágrafo e pelo segundo, que tem dois *bullets*. Não sei se estou a pensar bem.

Eles dizem que «de acordo com a prática de mercado, a função de CRO encontrava-se atribuída ao Diretor Central da DGR, que assumia esta função em exclusividade».

Já agora, aproveito para dizer — e já o disse — que não assumia a função em exclusividade. Eram poucas preocupações, mas tinha outras.

Isto agora é importante: «No entanto, o princípio da independência e a prevenção de conflito de interesses não estavam salvaguardados, uma vez que...» — estamos a falar no período 2001-2008 — «... o Diretor Central participava na decisão de operações com montantes entre € 3,4 milhões e € 7,5 milhões ou com clientes cuja responsabilidade total somasse entre € 6,7 milhões e € 20 milhões (4.º escalão de decisão de crédito)».

A partir de agora, não vos vou maçar mais com esta descrição da restrição das operações. Vamos falar sobre o 4.º escalão.

O que é dito aqui é que o diretor central participava na decisão de crédito do 4.º escalão. Depois, mais em baixo, diz que «continuaram a envolver o CRO nos processos de decisão e renovação de créditos, com a

DGR a contribuir para as condições dos contratos de crédito, não se verificando o princípio da independência entre as funções de risco e as funções geradoras de lucros».

Depois, na página 91, à esquerda, no terceiro parágrafo, é referido: «Entre 2001 e 2008, o CRO, na função de Diretor Central da DGR, participava diretamente nas decisões de crédito que respeitassem ao 4.º escalão de decisão de crédito». Está aqui escrito. Depois: «Esta participação condiciona a independência...», etc. No quarto parágrafo, à direita, está o seguinte: «Adicionalmente, à semelhança da concessão inicial de crédito, o CRO, enquanto Diretor Central da DGR, participava nas decisões de Escalão 4».

Na página 95 é dito: «Não sendo a DGR totalmente independente do processo de decisão do crédito, nem tendo políticas de referência...».

Na página 97 também é referido: «A DGR não é totalmente independente da decisão, quer pelo envolvimento nas propostas...». Mas isto é outra coisa.

Ora bem, acho que o que está aqui em jogo é o quarto escalão de decisão, porque é-nos dito que a DGR participa no quarto escalão de decisão.

Peço-lhes que vão à página 111 — esta sei de cor —, onde está a delegação de poderes: «OS 50-2000» e «OS 17-2002». Garanto-lhes que não é 50-2000 e 17-2002... Não aparece qualquer referência à DGR como decidindo crédito novo. Não aparece qualquer referência à DGR!

Depois, temos, finalmente, em 2007, «OS 22-2007».

Agora, tenho de pedir a alguém que esteja presente na sala uma cópia de um normativo da Caixa. Alguém tem uma cópia?

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Está acessível um vasto depósito de documentos, mas é difícil encontrar um documento em particular.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Um qualquer! Só me interessa um, porque queria chamar a atenção para duas datas que lá estão, para duas destas três datas: a data de originação e a data de consolidação. O que quer isto dizer? A data de originação é a data em que aquele normativo foi inicialmente emitido. O normativo é vivo, vai tendo atualizações; a data de consolidação é a data de entrada no normativo da última alteração. Depois, há uma outra data que é a data de entrada em vigor. Às vezes, não tem uma, mas tem outra data de entrada em vigor.

Se não tiverem, ajudo-os a pedir, porque não posso pedir, não estou lá, estou fora, estou aposentado há uns anos. Este normativo n.º 22/2007, enquanto estive na DGR, não considera a DGR como órgão de decisão, não está em nenhum órgão de decisão. Mais: sei que a entrada da DGR para um órgão de decisão foi só em 2011, ou seja, este relatório que estamos a ver acusa a DGR de não ser independente na sua emissão de pareceres, porque pertence a um órgão de decisão, quando a DGR só foi... Isto no período de 2001 a 2008 e de 2008 a 2013. Se olharem para mim, qualifiquem o que digo até 2010 e, até 2010, a DGR não participava nestes órgãos de decisão para novo crédito. Estou a falar de novo crédito.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Deixe-me ver se estou a interpretar bem: participava no Conselho de Crédito e no Conselho Alargado de Crédito, mas não com poder de decisão. É isso que está a dizer-nos?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Exatamente!

Agora, este quarto escalão é um escalão com poder de decisão, mas este só começou a funcionar com a DGR, com poder de decisão, a partir de 2011. Até 2010, que é o período que me interessa, pois foi quando fui responsável, a DGR não decidia crédito, ou melhor, não decidia novo crédito. Quero ter cuidado! Por que razão estou a dizer «não decidia novo crédito»? Porque houve uma altura em que, importado do BNU, funcionou, na Caixa, um órgão de decisão delegada que se chamava «mesa negocial», que não é referido aqui em nenhum lado. Na mesa negocial estavam presentes a DAJ (Direção de Assuntos Jurídicos), a área comercial e a DGR e era essencialmente dedicada a créditos em reestruturação ou em afetação a contencioso, mas não tinha poder de aceitar reestruturações e não tinha poder de dar crédito. Qual era a ideia? A ideia era a de que, se as três direções estavam de acordo, as operações escusavam de ir empanturrar a bicha de operações que iam a Conselho de Crédito, porque, no fundo, a decisão estava basicamente tomada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Percebo a relevância do esclarecimento para si enquanto responsável pelo Risco, mas gostava de explicar-lhe o que para nós é importante. Este relatório da Ernst & Young...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, ainda não acabei!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ainda não acabou? Então faça o favor de continuar.

Risos.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — E porquê? Porque há mais um tema, que é o do CRO, que, em inglês, quer dizer *chief risk officer*, mas em português não faço a mínima ideia como é.

Tanto quanto tenho conhecimento, durante o período em que estive na Caixa Geral de Depósitos, não houve nem nenhum despacho do Conselho, nem nenhuma deliberação do Conselho, nem nenhum normativo que me nomeasse como CRO. Digo-lhes: a menos que a Ernst tenha o poder de, em 2019, ir nomear o diretor da Direção de Gestão de Risco como CRO, não vejo como isto é possível. Não vejo!

Portanto, tudo o que está aqui em relação à deliberação ao CRO é realidade virtual, não existia no período de 2001-2010. Podem apagar a palavra!

Já agora, não resisto a dizer-vos também... Por isso é que lhe dizia, Sr.^a Deputada, que é uma realidade virtual.

Há uma pequena nota que acho que vale a pena dar-vos, que não vale nada, mas vale para verem o cuidado com que o relatório foi feito. Na página 91 — volto a ser maçador e a pedir-vos que olhem para a página 91 — pode ler-se: «Neste contexto, a CGD elevou a função de CRO à Comissão Executiva em 2013». Na página 96, do lado direito, no segundo parágrafo pode ler-se: «Esta situação manteve-se ao longo do período em análise, verificando-se uma inversão apenas a partir de 2014, com a atribuição de maior estatuto à função, nomeadamente para elevação do CRO à Comissão Executiva». Isto é, talvez fosse melhor...

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Está em que página?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Desculpem, está na página 95.

Se a Ernst conseguisse decidir se foi em 1995 ou 1996, podia acrescentar...

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Não, foi em 2015 ou 2014.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Foi em 2014 ou 2013... Podia acrescentar alguma precisão ao relatório.

Não vos maço com páginas, digo-vos apenas o seguinte: a Ernst diz que a DRG estava envolvida na elaboração de propostas. Não! A DGR estava envolvida na elaboração de propostas, mas não eram propostas de crédito. Estava envolvida em inúmeras propostas, mas não estávamos envolvidos na emissão de pareceres que, depois, eram juntos ou incorporados em propostas e que constituíam um processo que era apresentado ao Conselho. Nós não estávamos envolvidos na elaboração de propostas de crédito.

Sr.^a Deputada, deixe-me dizer que me custa que os senhores estejam a olhar para um relatório que tem este tipo de problemas, porque se eu, na minha área, que é pequena, consigo encontrar este tipo de problemas, não faço a mínima ideia que outros problemas haverá em outras áreas que desconheço. Foi por isso que lhe disse o que era a realidade virtual e a razão pela qual essa realidade virtual, a partir da qual são tiradas conclusões que questionam a independência da DGR na emissão de pareceres, me custa. É algo que me custa, porque não sou eu que estou aqui, quem está aqui são as pessoas que comigo trabalharam na emissão de pareceres e em todas as outras áreas de risco da Caixa e nós éramos completamente independentes na emissão das nossas opiniões.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já voltaremos ao relatório, porque tenta oferecer-nos explicações para algumas situações que não compreendemos.

Pegando exatamente no que estava a dizer, sobre o facto de não ser função da DGR estar na prospeção de crédito, nesta primeira parte, gostava de perguntar-lhe, de acordo com o trabalho desenvolvido pela jornalista Helena Garrido, numa investigação que fez ao que se passou na Caixa, falando da operação de Vale do Lobo, que tem várias suboperações dentro de si, digamos assim, fala de um *e-mail* que teria dado entrada na Caixa, no dia 28 de junho de 2006, reencaminhado por Armando Vara para o Dr. Alexandre Santos, vindo de Diogo Gaspar Ferreira, com o seguinte conteúdo: «Caro Dr. Armando Vara, tal como combinado com o Rui Horta e Costa, junto enviamos relatório sobre o *resort* Vale do Lobo. Estarei ao seu dispor para qualquer esclarecimento. Um abraço amigo».

O que é dito é que foi enviado para várias pessoas, *inclusive* para si. Gostava de saber se é verdade que este *e-mail* existiu. Tem recordação disto?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, o que posso dizer é que, por ter sido relembrado ao longo tempo...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pergunto porque calculo que não seja a primeira pessoa a fazer-lhe perguntas sobre esta operação em particular.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sei que, na altura, o meu colega Alexandre Santos reenviou um *e-mail* ao meu colega José Rui Gomes com cópia para mim. Mas se me disser que *e-mail* é que foi, o que tinha, qual

era o contexto, qual era o texto e que anexo tinha, sinceramente não me lembro.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, está dizer-me que se lembra de ter existido um *e-mail* que foi reencaminhado pelo Dr. Alexandre Santos...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não. Foi encaminhado pelo Dr. Alexandre Santos e eu estava em cópia. Não me lembro se esse *e-mail* era um reencaminhamento de um outro *mail*.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E o destinatário era José Rui Gomes?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Exatamente. Do Dr. Alexandre Santos para o Dr. José Rui Gomes, com cópia para mim.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas como nos disse que a DGR não participava na prospeção de crédito, digamos assim, e que isso era com a Direção de Grandes Empresas ou com direções comerciais, o que pergunto é: a que propósito é que um *e-mail* destes, que, no fundo, tem um relatório sobre um projeto imobiliário, lhe é reencaminhado?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, se quer que lhe diga, não vejo nada de estranho, porque se a ideia é ir apresentar uma operação relacionada com esse projeto, se é informação sobre o projeto, o mais natural é que essa informação seja enviada à área de Risco. Nisso não vejo problema nenhum.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ainda antes de haver proposta da área comercial?!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Vamos ver, até podia ser no sentido de facilitar a vida do Risco. Suponha que o relatório...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — De facto, o Risco teve a vida facilitada aqui, esta foi uma operação arriscada. Mas o que pergunto é se houve mais casos em que isto tenha acontecido ou se este foi caso único.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Lembro-me que, quando o CaixaBI tinha operações complicadas, eles vinham apresentar-nos as operações antes de fazerem a proposta. Aliás, antes de enviarem a proposta ao Risco, vinham apresentar-nos qual era a ideia do financiamento que ia ser olhado.

Não é caso único.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, neste caso, não é CaixaBI.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Mas é um processo complicado, grande. Nesse sentido, repare, queríamos criar condições para que o trabalho de cada uma das áreas fosse desenvolvido de uma forma eficaz... E, se calhar, não devia usar esta palavra, mas vou usá-la, não andávamos à chapada. O Risco e as áreas comerciais não se digladiavam.

Tentávamos, do ponto de vista profissional, que cada um expusesse a sua opinião com base num conjunto de informação. Se esse conjunto de informação foi melhorado com essa entrega que a direção do Dr. Alexandre Santos fez, melhor!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tem memória de a DGR ter emitido parecer condicionado em relação a esta operação?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Se é a operação que estou a imaginar, o parecer não foi condicionado. O parecer terá sido mesmo altamente condicionado.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Exatamente. Mas tem também memória do debate na aprovação deste financiamento? Sabe se as condições foram aceites, ou não? Ou seja, sabe se o crédito foi concedido nas condições ou da forma altamente condicionada que descreveu?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Do debate?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, porque, repare, há bocado, e mais uma vez para lhe explicar... Percebo a razoabilidade de se dizer que estamos em 2019 e que não se consigam recordar do que se passou numa reunião em 2006. Mas perceba também a nossa perplexidade quando nos dizem que há uma proposta da área comercial, há um parecer do risco que determina ou sugere várias condições, e o crédito acaba aprovado em condições bastante diferentes das que o Risco estava a propor. E quando perguntamos porque é que as condições foram aquelas e não as que o Risco tinha proposto, ninguém consegue fornecer uma explicação. Toda a gente diz: «Não me lembro, não me lembro»!

Ora, como as atas são feitas de forma sucinta e não têm esta justificação, vemo-nos obrigados, naturalmente, a fazer estas perguntas às pessoas que estavam nessas reuniões, como era o seu caso.

Portanto, o que gostava de perceber é porque é que este crédito em concreto foi concedido em condições bastante diferentes das que o Sr. Doutor sugeriu na altura.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, com todo o respeito, o que lhe posso dizer é o seguinte: do que se passou nessas reuniões não me lembro. Não me lembro do que se passou.

Posso dizer que sei que houve uma primeira análise que saiu não sob a forma de parecer, porque não podia sair sob a forma de parecer, pois não estavam reunidas as condições para emitir um parecer. Houve uma segunda análise que saiu sob a forma de parecer e, depois, certamente terá havido discussão em termos do Conselho de Crédito. Mas a razão que levou o crédito a ser aprovado em condições diferentes das que eram propostas pelo Risco não sou capaz de a dizer. Nem sou capaz de lhe reproduzir a discussão.

Mas deixe-me só dizer-lhe uma coisa: a minha memória é varrida de Conselhos de Crédito? Não! Há coisas que aconteceram em Conselhos de Crédito e que me marcaram e não me esqueci. Mas dessa discussão não me lembro.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vou falar-lhe de uma operação que é relacionada com esta.

No fundo, o que acontece nesta operação do *resort* Vale do Lobo é que a Caixa Geral de Depósitos, para além de ter concedido um financiamento por via de uma sociedade, no caso a Wolfpart, transforma-se também ela própria quase numa acionista indireta, digamos assim, do projeto. Ou seja, através da Wolfpart, em que a Caixa mete 2 milhões de euros como capital e 28 milhões de euros como prestações suplementares, a

Caixa transforma-se simultaneamente em acionista, digamos assim, e em credora.

O que pergunto é se conhece a operação e se esta operação tinha como objetivo precisamente suprir a objeção que a Caixa fazia, enquanto credora, de que não havia suficientes capitais próprios na proposta.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, no princípio, notei que a missão da DGR era proteger o capital da Caixa relativamente a risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco de modelo...

Em termos das participações financeiras, elas eram decididas no Conselho e havia uma direção de participações financeiras na Caixa Geral de Depósitos. No que fazia essa direção de participações financeiras e nas decisões do Conselho relativamente à tomada de participações financeiras, a DGR não era ouvida, nem achada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A DGR não era ouvida, nem achada!

Mas já nos disse aqui que a sua função era defender o capital da Caixa...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Relativamente ao risco de crédito, de mercado, de liquidez e de modelo.

Não devemos ir a todas!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Note: sei que não tem responsabilidade sobre esta operação em concreto. Mas, perante uma opinião do Risco de que determinada concessão de crédito é arriscada, porque tem poucos capitais próprios, é um pouco estranho que a mesma entidade Caixa, que vê este risco enquanto banco que vai emprestar

dinheiro, digamos assim, depois não veja risco em ser ela própria a capitalista que entra com os capitais próprios. É uma forma um pouco estranha de anular este risco.

Pergunto se, enquanto responsável pelo risco de crédito, quando apresentam esta dificuldade de haver poucos capitais próprios, não estão, com certeza, a sugerir que seja a Caixa a ir participar no capital das operações. Certo?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — A esse nível não estamos a sugerir isso. Aliás, repare, se estivéssemos a sugerir isso não estávamos a fazer um bom serviço à Caixa, por uma razão simples: os incentivos que o acionista tem colidem com os incentivos que o credor tem.

Portanto, não era um bom serviço que estávamos a fazer à Caixa dizer: «Olhe, financie o projeto e, ao mesmo tempo, vá por baixo e ponha nele capital». Não era propriamente o melhor serviço que estávamos a prestar.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O que queria perceber é se isto defende o capital da Caixa. Não defende, como é evidente!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Mas quem fez isso tinha essa obrigação?! Não sei.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — No limite, todos estes créditos foram aprovados por administradores e suponho que os administradores também têm a obrigação de defender o capital da Caixa, ou não?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não sei qual...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não é só o Risco que tem obrigação de defender o capital da Caixa, os administradores, acima de tudo, têm essa obrigação.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Nunca me disseram qual era a missão dos administradores.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, isso também terá alguma razão, mas essa já é outra discussão.

Alguma vez teve conhecimento de que o Banco de Portugal questionou a participação da Caixa nesta sociedade Wolfpart e fez perguntas sobre este negócio em 2007?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não sei se não terá havido uma — já que me está a falar nisso — carta do Banco de Portugal sobre isso. Talvez.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E tem conhecimento de que, na sequência dessa carta e de o Banco de Portugal ter feito perguntas sobre essa matéria, esta participação tenha sido qualificada e quantificada de forma diferente? Como risco do próprio Grupo Caixa...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Como?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Como risco do próprio Grupo Caixa?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Risco? Como?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Como risco próprio? Como risco da Caixa?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Se perguntasse isso há 10 minutos... Acredito que tenha sabido disso, acredito.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas este tipo de atuações por parte do Banco de Portugal eram regulares, eram normais? Era habitual isto acontecer?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não. Não era normal recebermos ou eu ter conhecimento de uma carta desse teor. Não.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Repare, esta carta é de 2007, e já nos explicou que não era habitual, qual foi a relevância que foi dada a este assunto à época?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, não estávamos na contabilidade... Veja, não temos o seguimento do projeto, não temos o seguimento do cliente... Não lhe posso dizer qual foi a relevância que foi dada à carta.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Gostava de lhe perguntar também em relação a outro cliente, neste caso, a um cliente relacionado com o Grupo Espírito Santo, a Opway.

Relativamente à Opway, houve um crédito, em 2007, que foi, na realidade, um refinanciamento com o objetivo não só de adequar a maturidade dos financiamentos aos meios libertos do Grupo, como para

reduzir dívida contraída dentro do Grupo Espírito Santo devido a imposições do Banco de Portugal.

Portanto, trata-se de uma empresa do universo Espírito Santo que tinha, tanto quanto se percebe, crédito junto do BES e, por imposições do Banco de Portugal, em 2007, tem de retirar essa dívida do BES. Na altura, a direção de risco fez um parecer condicionado mas, enfim, este crédito continuou e resultou numa imparidade.

O que gostava de lhe perguntar é se tem memória deste parecer e de ter olhado para isto. E, já agora, porque é que o Banco de Portugal via algum problema em uma empresa do Grupo Espírito Santo se financiar junto do Banco Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, se me mostrar o parecer, posso...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tenho partes.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Se me mostrar, agradeço, para lhe dizer alguma coisa sobre isso, porque desse parecer não tenho memória nenhuma.

Mas não posso especular sobre a razão que levou o Banco de Portugal a querer que a Opway deixasse de ser cliente do Banco Espírito Santo e passasse a ser cliente de outro banco. Não posso especular.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em relação aos esclarecimentos que já aqui deu, voltando à questão do relatório da Ernst & Young, esse relatório diz-nos que 80 operações, em que o parecer de risco é condicionado e em que o órgão de decisão não faz depender a aprovação do crédito dessas condições e também não apresenta justificação, geraram

43,7% das perdas do tal *top 25* que identificam. Isto é uma análise, podem fazer-se muitas outras.

Se, por exemplo, fizer uma análise às tais imparidades do *top 25* e as for ver por ano de origem — ou de originação, como diz a Ernst & Young —, vou encontrar uma extraordinária concentração em 2007 e 2008, até mais expressiva do que esta que tem a ver com os pareceres do risco não terem seguido.

O que lhe pergunto é se vê alguma explicação para esta concentração nos anos de 2007, 2008, por um lado.

Depois, gostava de lhe deixar uma pergunta em relação a algumas respostas que já deu, dizendo que, quando era dado crédito para aquisição de ações e o valor delas baixasse abaixo da garantia, o que devia acontecer é que o crédito devia ser imediatamente pago ou então executado.

O que lhe pergunto é se tem alguma explicação para o facto de, em muitos casos, o crédito não só não ter sido pago, como as ações não terem sido imediatamente vendidas quando começaram a baixar, gerando, assim, um montante de imparidades muito substancial para a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Como tenho má memória, julgo que posso começar pela última pergunta.

Repare que há uma outra ação, além de executar, que é chamar a margem, pedir mais garantias. Portanto, há diversos caminhos para podermos repor o nível de garantias a um nível...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu sei. Não queria interromper, queria só completar a pergunta. Eu sei que o primeiro passo é pedir mais garantias dizendo «esta já não chega», mas, não tendo sido

dadas mais garantias, em vez de se passar anos, suponho eu, a negociar isso, talvez tivesse feito algum sentido executar o penhor, por exemplo.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Isto é sempre terrível, porque estamos a ver à segunda-feira o jogo de domingo.

A DGR não era responsável pela decisão de execução.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não lhe estou a perguntar, pessoalmente,...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Pois, nós não éramos. Agora, porque é que não fizeram? A Sr.^a Deputada vai ter de pedir à pessoa que o não fez para vir aqui e explicar-lhe porque é que não o fez, porque eu não posso explicar os atos de outras pessoas.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Peço desculpa, porque estou a abusar, mas pergunto: quem é que tinha a obrigação de cuidar desta monitorização?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Quem tinha o seguimento do cliente, quem tinha a relação com o cliente. E, depois, fazer a proposta subsequente. Não éramos nós. Não estou a fugir de responsabilidades, só estou a dizer que essa não era a nossa responsabilidade.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves, do PCP.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, gostaria de começar por cumprimentar o Dr. Vasco Orey.

A minha primeira pergunta tem a ver com a intervenção inicial que fez aqui.

Como sabe, o Dr. Carlos Costa, quando esteve nesta Comissão, disse que a DGR tinha a possibilidade de, no fundo, vetar um crédito ao não apresentar parecer relativamente a esse crédito. Foi dito aqui que, se a DGR quisesse, não apresentava parecer, e, portanto, assim conseguia que um crédito não fosse para a frente. Dessa forma, o Dr. Carlos Costa procurou arrastar um pouco a DGR para responsabilidade das perdas que estão identificadas nesta auditoria que agora conhecemos.

O senhor disse aqui que a DGR não tinha direito de veto e que não podia retirar pareceres emitidos, nem podia deixar de entregar parecer — não havia essa possibilidade.

Gostaria que nos confirmasse se é assim, se a DGR não tinha qualquer possibilidade de impedir que um crédito fosse para a frente.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — O que estava estabelecido em normativo — no fundo, é a lei que nos rege — é que os pareceres são emitidos pela DGR, que, para emitir... Não era chegar, bater à porta e dizer: «Está aqui uma operação, emitam um parecer». Não! Era: «Está aqui uma operação, está aqui um conjunto de elementos que está bem tipificado». E há um pedido formal de uma direção à DGR para emitir parecer e a DGR emite o parecer.

Com todo o respeito, o Sr. Deputado está a perguntar se podíamos fazer veto de gaveta, não emitindo um parecer. Não. Não, não havia veto de gaveta. Nós emitíamos o parecer e, depois, o parecer era entregue à área comercial. A área comercial integrava o parecer na proposta e, depois, apresentava a proposta a Conselho de Crédito.

Já agora, se me permite, gostava de contar algo que se passou no Conselho que penso que talvez ajude a perceber o clima que havia no

Conselho. A certa altura, na Caixa, os Conselhos também se realizavam por videoconferência e havia um administrador da Caixa que estava no norte e que aparecia por videoconferência. E, nesse dia, o administrador, depois de a operação ter sido apresentada, disse: «Está aqui um exemplo da inutilidade dos pareceres de risco».

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Peço desculpa. Qual foi o administrador?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Já não me lembro bem de quem foi. Mas é fácil: vai ver quem foram os administradores que estiveram do norte e percebe logo quem é que era.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Em que altura é que isso foi?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Foi na altura, mais ou menos, do Eng.º Mira Amaral.

O administrador diz: «Está aqui um exemplo da inutilidade dos pareceres de risco.» Porquê? Porque a proposta comercial integra... O parecer de risco não acrescenta nada à proposta comercial. E o meu colega comercial pediu a palavra e explicou que era exatamente o contrário. E o contrário era que a proposta comercial só tinha sido feita após a receção do parecer de risco e que eles tinham integrado, na proposta comercial, o que tinham conseguido encontrar do parecer de risco e que conseguiam ter.

Já agora, se me dá licença, deixe-me dizer-lhe o nome do meu colega: Dr. José Pedro Cabral dos Santos. Era o diretor da DGE (Direção de Grandes Empresas) na altura.

Portanto, para responder à sua pergunta, os nossos pareceres eram entregues à área comercial que, depois, os juntava ao processo de crédito,

fazia a sua proposta e despachava. É muito complicado irmos para a porta da direção comercial dizer «dá cá o parecer de volta». Não se faz.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — É, de facto, sintomático que um administrador tenha dito que os pareceres de risco eram inúteis. Isto, segundo o que me diz aqui, foi dito por videoconferência. É sintomático do que se passava naquele Conselho de Crédito.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — O Conselho de Crédito ser por videoconferência não tem...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não, mas tem o facto de ele dizer isso: «Demonstra a inutilidade dos pareceres de risco».

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — É que o Risco não era, propriamente, o órgão amado da Caixa Geral de Depósitos. Pronto.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Já percebemos!

Voltando atrás, a essa questão do veto de gaveta e da possibilidade de retirar os pareceres, não fui eu que o afirmei. Isso foi dito aqui pelo Dr. Carlos Costa. Quando nós o confrontámos dizendo «então, mas há aqui pareceres de risco negativos», o Dr. Carlos Costa disse que a DGR, se quisesse, podia sempre não apresentar parecer.

Gostaria que me confirmasse se está, no fundo, a desmentir esta afirmação do Dr. Carlos Costa.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Eu detesto desmentir... Eu sou incapaz de desmentir o Dr. Carlos Costa.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Foi o Dr. Carlos Costa que disse isso...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Foi o ROC (revisor oficial de contas)!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Ouça, o Dr. Manuel de Oliveira Rego é uma pessoa respeitabilíssima!

Nós podemos é ter interpretações diferentes. A minha interpretação é aquela que lhes disse: primeiro, nós não podemos não emitir pareceres; segundo, não podemos retirar pareceres. Portanto, não temos poder de veto. Mas esta é a minha interpretação. E mais: não conheço, no normativo da Caixa, alguma página, folha ou parágrafo que tenha o veto da DGR retirando o parecer. Não conheço! Não é uma ação que esteja prevista, nem em que condições ela possa ser efetuada.

Quanto ao circuito dos pareceres, isso conheço. Conheço que é parte da área comercial, passa pela DGR, volta à área comercial e é para emitir.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Foi importante esta clarificação.

Já foram aqui referidos vários exemplos de pareceres de risco que, depois, não eram considerados, ou em que a decisão de conceder o crédito ia em sentido contrário ao do parecer de risco, fosse ele negativo, fosse ele a apresentar um conjunto de condicionantes que, depois, não eram cumpridas.

Já foi aqui referido, também, que havia uma discussão ou um confronto de ideias entre a área comercial e a área do risco, em que cada uma colocava a sua opinião e cada uma defendia, no fundo, a sua parte para estes processos.

Mas, depois, quando olhamos para alguns dos *dossiers* que até já foram aqui referidos, a argumentação que é dada para não se cumprir as condicionantes que os senhores apresentavam é, muitas vezes, muito fraca, ou, pelo menos, não a conseguimos perceber.

Como é que se pode perceber que, por exemplo, quando a DGR pede o aval, neste caso do Comendador Joe Berardo, a resposta da DGE seja «pela informação disponível, não será possível obter esta condição»? Pronto, não será possível. Ou, quando a DGR pede a introdução de mecanismos que permitam aferir a valia mutuária, a resposta da DGE seja a de que «a DGE poderá tentar obter este tipo de mecanismos»? Ou que, em relação a outra exigência que foi feita, a DGE responda «parece-nos muito difícil obter esta condição»? Ou ainda, num outro caso, na mesma operação, em relação a uma outra condição, que é o rácio mínimo de 120%, que a resposta da DGE seja a de que o irá tentar aumentar mas que já está acordado que a garantia é de 105%?

Ou seja, era este o tipo de argumentação — «não é possível» — que era usada? Não se dava uma argumentação mais sólida para dizer porque é que não se estavam a cumprir as condições que a DGR pedia que fossem cumpridas?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr. Deputado, com todo o respeito, nós fazíamos as exigências que me pareciam, aliás, que fossem razoáveis. Se eram aceites os argumentos da DGE, não posso dizer nada, porque não era eu que aceitava. O que nós pedíamos, como viu, eram garantias muito mais fortes para a Caixa Geral de Depósitos. Quem decidia, aceitava garantias muito mais fracas para a Caixa Geral de Depósitos. Mas com certeza que há razões que nos ultrapassam para que isso aconteça.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Estamos numa Comissão de Inquérito em que o objetivo é tentar perceber o que é que levou às perdas que estão no relatório da Ernst & Young, que, só na amostra considerada, correspondem a 1760 milhões de euros em perdas.

Portanto, queremos dar-lhe a oportunidade de nos explicar como é que eram rebatidos os argumentos que eram apresentados pela DGR. Ou seja, se era só assim, se bastava dizerem «não será possível obter esta condição», se, nesses Conselhos de Crédito em que participava, eram assim desconsiderados os pareceres da DGR sem mais nem menos, ou se havia mais alguma argumentação.

Gostaria que nos trouxesse um pouco de luz sobre o que estava a acontecer nas reuniões que levaram a estas decisões.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Posso ajudar naquilo que me lembro. Aquilo que me lembro é que, por exemplo, em relação a operações de aquisição de ações com garantia de ações, operações de margem, é crucial para essas operações correrem bem que a margem seja medida com a maior frequência possível. Não digo diária, mas semanal. Por vezes, era utilizado o argumento de que não havia mão-de-obra suficiente para garantir essa medição. Só lhe estou a dar um exemplo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas quem é que lhe dava esses argumentos?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Obviamente, quem tinha de medir a margem. Quem tinha de mediar a margem é quem tinha a relação com o cliente.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Quais eram os administradores ou os executivos que davam essa opinião?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Como?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Quais eram os administradores, em concreto, daquilo que se lembra...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Isto não é uma opinião!

Vamos lá ver, não há nada pior numa empresa do que uma responsabilidade que é assumida mas não é cumprida. É o caos quando isso começa a acontecer.

Portanto, o que acontecia era que as direções diziam, por exemplo, nesse caso, qual era a frequência que para eles era razoável para medirem a margem e, depois, era aceite por quem decidia que essa era a frequência. Eu não podia entrar num Conselho de Crédito a falar sobre volatilidades, passeios aleatórios, processos de simulação, intervalos de confiança e extremos de intervalos de confiança, porque ninguém iria perceber o que é que eu estava a dizer. Iam achar que estava a falar de coisas estratosféricas. Ninguém percebe! As pessoas têm outra formação. A ligação das pessoas é muito mais «posso ou não posso fazer?» e «consigo ou não consigo fazer?». E a justificação, muitas vezes, era esta: «Assim não consigo fazer, consigo fazer de outra maneira». E o Conselho aceitava que fosse feito de outra maneira! Não há nada de oculto aqui. É isto que lhe estou a contar.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Disse várias vezes que a sua função era a da salvaguarda do capital da Caixa.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Exatamente.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Nasquelas reuniões, o senhor dizia que era preciso haver uma monitorização mais permanente das margens, mas havia quem dissesse que não havia meios suficientes para fazer esse acompanhamento. Então, uma vez que tem a responsabilidade da salvaguarda do capital da Caixa, o senhor não lhes dizia para se encontrarem os meios para cumprir estas condicionantes que são colocadas por parte da DGR? Não havia essa preocupação? Manifestou-a a alguém na administração da Caixa?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Com toda a franqueza, nunca manifestei preocupação em que o quadro de pessoal de outras direções fosse aumentado. Com toda a franqueza, nunca o manifestei. Não senti que, de alguma maneira, fosse minha responsabilidade gerir o quadro de pessoal de outras direções da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas eram essas próprias direções que indicavam que não podiam cumprir aquilo que a DGR pedia porque não tinham esses meios. Ou seja, nas reuniões em que participou, houve alguém que se preocupasse com isto?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Quem decidia, achava que a frequência de medição que estava a ser proposta, não pela DGR, era aceitável. A partir daí, o que é que uma pessoa pode fazer?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Ao longo do período em que trabalhou na Caixa Geral de Depósitos, alguma vez recebeu orientações para aligeirar o controlo de risco num determinado processo de crédito?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Nunca! E digo-lhe uma coisa: se me tivessem dado instruções, era o pior que me podiam fazer, porque eu ia apertar. Aí, sou torto! Não façam isso.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E quando apresentava pareceres negativos e pareceres com condicionantes que, depois, não eram respeitados, também tinha essa firmeza para dizer «respeitem aquilo que a DGR solicitou para salvaguardar o capital da Caixa»?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Tinha. E sabe o que é que me respondiam? Diziam: «Os senhores já falaram, agora nós decidimos».

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, sentiu, de alguma forma, que o papel da Direção de Gestão de Risco era desconsiderado em muitas dessas operações que foram aprovadas e que geraram estas perdas?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não éramos desconsiderados, a decisão é que não seguia aquilo que dizíamos. Não considero que isso seja uma desconsideração.

Sr. Deputado, permita-me dizer-lhe o seguinte: com certeza que o Sr. Deputado já propôs leis que, se calhar, não foram aprovadas. Sentiu-se desconsiderado por isso?! Não, está claro que não. Não nos podemos sentir desconsiderados e o facto de isto acontecer só pode ser um incentivo para trabalharmos melhor.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Bom, mas até tinha administradores que lhe falavam, em videoconferência, da inutilidade dos pareceres de risco e, portanto, parece-me que havia aqui uma desconsideração da componente de risco. Não necessariamente uma desconsideração do seu papel, mas sim

da componente de risco, já que havia sempre outras orientações mais importantes.

No entanto, também vemos no relatório da EY um conjunto de operações com parecer favorável que geraram grandes perdas.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Exatamente.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Por isso é que lhe perguntava, há pouco, se nunca recebeu orientações para uma flexibilização, porque, ainda assim, são 388 milhões de euros, só nesta amostra que está no relatório na EY, e são 14 no total da amostra, 5 no *top 25* das perdas.

Pergunto se, nestas situações, não houve, por exemplo, algum caso concreto de uma operação sem garantias em que tenha sido dado um parecer favorável.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Uma operação sem garantias em que foi dado um parecer favorável?! Adorava saber que operação foi essa ou ver que parecer foi esse.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Tem o relatório da EY?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Tenho.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Está na página 115.

Pausa.

É a operação C004 OP01, com uma exposição, em 2015, de 153 milhões de euros, uma imparidade de 123 milhões de euros, parecer

favorável da DGR e sem garantia. Portanto, temos aqui uma operação das maiores, que está no *top 25*, sendo aliás a quarta maior, e que, segundo o relatório da EY, não tem garantia mas tem um parecer favorável da DGR.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Sr. Deputado, o depoente não tem a mesma versão que nós temos do relatório, tem a versão pública da Assembleia da República, e nela não consta nem o código nem o valor da operação. Tratando-se de uma operação na qual o depoente era, naquele momento, diretor da DGR, e que, portanto, conhecê-la-á diretamente, creio não estar a violar o dever de sigilo bancário ao fornecer-lhe a minha própria cópia para poder verificar os dados.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr. Deputado, podemos inferir, disto que aqui está, que a DGR propôs que a operação fosse feita sem garantia?!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, porque, segundo esta tabela, quando é condicionada...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Tem um parecer favorável e a operação foi feita sem garantia. Podemos inferir que o parecer dizia para fazerem sem garantia?!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Quando era para ser condicionado, como poderá ver, nessa tabela aparece «condicionado», ou seja, contém condições.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Tem um parecer favorável e, depois, a operação é feita sem garantias. Pergunto: o parecer favorável diz «faça-se sem garantias»? Eu não tenho a certeza, só estou a levantar a dúvida. Não

tenho a certeza. Uma coisa é o parecer, outra coisa é a operação que foi aprovada.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Era isso que eu pretendia que pudesse explicar.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não tenho elementos suficientes para lhe explicar se foi feito sem garantia porque a DGR disse para fazer sem garantia. Não sei. Aliás, estou a achar estranho.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não diz, necessariamente, que foi a DGR que recomendou que fosse sem garantia, mas o que é facto é que era uma operação sem garantia, que obteve parecer favorável e sem condicionantes.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Mas repare: o Sr. Deputado está a decidir crédito, eu dou um parecer favorável, mas digo que deve ter alguma garantia e o Sr. Deputado decide dar crédito sem garantia. Esta operação apareceria aqui como favorável, sem garantia, embora a nossa proposta tivesse sido «faça-se com garantia».

Portanto, é importante perceber de onde é que vem este «sem garantia», saber qual é a origem dele, se é da DGR ou de outro lado. Mas esta operação põe bem nítida uma coisa: o crédito é um negócio de risco. Não é por darmos um parecer favorável que as operações vão correr bem e estou consciente disse desde o primeiro dia. Há operações em que damos parecer favorável e que vão correr mal. Aliás, também há operações em que podemos dar parecer desfavorável e que, se fossem feitas, admitindo que não o são, iriam correr bem. Isto também pode acontecer.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Para terminar, o que queríamos perceber é, então, quem poderá ter permitido que avançasse, sem garantias, uma operação que foi das que gerou maiores perdas. De facto, até agora ainda não conseguimos compreender, precisamente, quem e com que argumentos é que desconsiderava de tal forma os pareceres de risco, gerando estas perdas tão avultadas que hoje estão a pesar sobre a Caixa.

O senhor teve aqui uma oportunidade para explicar melhor quais eram os argumentos adiantados e quem é que os apresentava, mas, até agora, faltou dar-nos mais elementos para que esta Comissão possa cumprir o objeto a que se propôs, e desafio-o a fazê-lo até ao fim desta audição.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr. Deputado, penso que quando um Conselho não segue as orientações do Risco está, necessariamente, a seguir outras orientações. Está, necessariamente, a seguir as orientações da proposta comercial. Portanto, talvez possa tentar encontrar alguma resposta melhor através dos elementos da área comercial da Caixa, que lhe poderão dizer como é que defenderam as propostas, porque nós, no Risco, éramos os maus da fita, éramos os gajos que põem dificuldades e não os que dão facilidades.

Já agora, outra coisa: o Sr. Deputado disse que o risco era desconsiderado. Nunca me senti desconsiderado na Caixa! Posso ter sentido que as opiniões do risco não eram seguidas — isso é verdade! —, mas nunca fui desconsiderado. Nunca.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Era o mau da fita!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não era o mau da fita, nem era o bom. Era uma opinião que estava ali a ser dada. Não era concordante com a da área

comercial, mas também não esperem que a gente... Se o risco fosse concordante com a área comercial, ui, aí é que estávamos mesmo mal.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada, do PSD, Inês Domingos.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, aproveito para cumprimentá-lo, agora formalmente, e para lhe agradecer o facto de vir esclarecer um pouco mais esta situação da Caixa Geral de Depósitos.

Gostava de começar por dizer que, até agora, a nossa perceção sobre o que se passou na Caixa é a de que muita gente falhou — e penso que isto está comprovado, apesar das questões que referiu do relatório —, mas de facto, parece que está confirmado que o Sr. Doutor e a sua equipa não foram, seguramente, das pessoas que mais falharam. Temos a perceção, e penso que é bastante consensual, que, sobretudo no período em que houve mais perdas para a Caixa, digamos assim, se tivessem seguido o que estava escrito nos pareceres de risco, enfim, as indicações que davam sobre os créditos, provavelmente, a Caixa poderia ter sofrido menos perdas do que as que efetivamente sofreu. Já vários Srs. Deputados o disseram e eu gostava de deixar isto muito claro antes de colocar as minhas questões.

Estatisticamente, sabemos que houve um período crítico, entre 2006 e 2008, em que, das 25 operações com clientes com mais perdas, 18 aconteceram durante esse período. E, dessas 18 operações, 14 tiveram parecer desfavorável, ou condicionado, da sua direção, e que depois foi ignorado.

Portanto, gostava de saber se o Sr. Doutor, ao longo do período em que viveu na Caixa — foram muitos anos enquanto responsável pelo Risco —, viu algum padrão nas administrações, no sentido de algumas estarem

mais preocupadas com as recomendações que fazia do que outras, e outras, tipicamente, ignorarem mais e ultrapassarem mais as suas recomendações.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não tenho — por acaso, erro meu — a estatística de quantas... Primeiro, do seguimento das recomendações, não tenho, também não tenho a estatística, ou melhor, a evolução cronológica do seguimento das recomendações.

Não lhe posso dizer se foi mais nestes anos ou mais nos outros anos. O que senti é que havia uma vontade de alargar a atuação da DGR. Isto é, alargar o universo de empresas ou de exposições que seriam sujeitas à análise da DGR. Isso senti.

Ignorar no sentido de ignorar ou minorar as recomendações que eram feitas pela DGR, não sou capaz de lhe dizer se numa altura era mais e noutra altura era menos. O que lhe posso dizer, com toda a certeza, é que com o Prof. António de Sousa nunca a DGR teve tanto apoio. Com o Prof. António de Sousa, nunca a DGR teve tanto apoio! Foi o administrador geral da Caixa que mais apoiou a DGR.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — E tem alguma ideia de quem é que apoiou menos? Alguma recordação?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não. Acho que não há... O tratamento, a partir daí, foi basicamente o mesmo.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Esteve aqui o Sr. Secretário-Geral da Caixa — e foi-o durante muitos anos — Dias Garcia, que disse que os pareceres de risco e comercial, ou comercial empresas, quando entravam no CAC (Conselho Alargado de Crédito) — para entrarmos agora no debate sobre o Conselho Alargado de Crédito e sobre o Conselho de

Crédito —, supostamente, tinham o mesmo peso. É sua opinião que isto era verdade?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Bem, eu mesmo... Vamos lá ver, era-nos dada a mesma capacidade de exposição? Era. Era dada a mesma atenção? Era. No fim, quem mandava era a parte comercial. Quer dizer, isto é a minha sensação. No fim, na maior parte das vezes, era a parte comercial que prevalecia sobre a parte do Risco.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Já agora, gostava de saber a sua opinião sobre o seguinte: como é que explica que, para valores mais reduzidos do crédito, o parecer, como explicou inicialmente, não podia ser ultrapassado — o parecer de risco era vinculativo, pelo menos foi a interpretação que fiz para valores baixos de crédito —, mas, para valores superiores, não era vinculativo.

Interpretei mal o que disse sobre o valor do parecer de risco?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — O que tentei passar foi que partimos de uma situação em que, se possível, integram na proposta, ou no processo, o parecer do risco para uma situação em que o parecer do risco era mandatário para exposições, empresas incluídas em grupos cuja exposição ao Grupo Caixa Geral de Depósitos fosse mais de 1 milhão e meio — quando já são clientes — ou operações novas, empresas novas, 1 milhão.

Mas o parecer era mandatário... Não é, ou melhor, o parecer não era mandatário para órgãos de decisão que integrassem um administrador, pelo menos.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Mas se não integrassem o administrador era mandatário?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Se não integrassem o administrador, penso que era mandatário.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Considera razoável, enquanto especialista da área durante tantos anos, que os pareceres — e, se calhar isto até vai à sua perspetiva, que era defender o capital da Caixa... Sentia-se confortável com o facto de os seus pareceres terem sido, sobretudo por um certo período, e já dei as estatísticas, tão sistematicamente ultrapassados?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, já disse que, quando os nossos pareceres eram ultrapassados, o que sentia era que tínhamos de trabalhar melhor para eles, da próxima vez, serem seguidos.

Aquilo era um incentivo para trabalharmos melhor. Era sinal de que não tínhamos sido suficientemente capazes de explicar bem os problemas que iriam suceder.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Então e que é que acha que podia ter feito melhor para convencer melhor a administração?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Se calhar, animar mais a minha equipa, ter mais recursos, dar mais formação.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Mas acha que o defeito era a motivação da sua equipa? Ou quem decidia é que, se calhar, por muito que se esforçasse, havia outros interesses que teriam sempre, enfim, ultrapassado o seu interesse em preservar o capital da Caixa?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — O que vemos é que as decisões que foram tomadas tiveram determinadas consequências. Mais do que isso acho que é especular. Eu não posso especular.

Mas, já agora, deixe-me dizer-lhe, e volto àquilo que disse no princípio: são decisões que foram tomadas no contexto de supervisão existente à altura, que era novo. E acho que um Conselho sujeito a escrutínio, e a escrutínio independente, talvez ajude a que esta situação não se repita daqui a 10 anos.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Já agora, mais uma questão: surgiram situações em que ambos os pareceres, de risco e comercial, sugeriam condicionantes. Ou seja, sugeriam que uma proposta tivesse certo tipo de cuidados, que um crédito tivesse certo tipo de cuidados. Em certas circunstâncias, a administração ultrapassou os dois pareceres, ultrapassou a proposta da direção comercial — enfim, comercial, de regional ou direção de empresas — e também a recomendação da direção de risco.

Como é que classificaria uma situação desta natureza numa perspetiva de risco e de preservação do capital da Caixa?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Diria que as orientações do risco não foram seguidas. E a pergunta que vem a seguir é: «Mas, então, porquê?». Não sei. Quem vai poder responder a essa pergunta é quem decidiu dessa forma.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — A minha pergunta, mais do que «porquê?», é perceber se considera razoável. Diz-nos tudo isto porquê? Explicou-nos, no princípio, e também nos disse aqui o Dr. Dias Garcia, que se a administração não aceitava as condicionantes do parecer de risco era porque tomava como sua a proposta comercial. Foi o que percebi. Mas há

situações em que isso não é verdade, no sentido em que a proposta comercial e a direção de risco estão de acordo com uma condicionante, ou com uma condição, que depois é torpedeada pela administração.

Gostava de saber a sua opinião. Acha que isso era consentâneo com a preservação do capital da Caixa?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, não posso achar. Não posso achar. O que lhe posso dizer é que nós tomávamos a posição que julgávamos que melhor protegia o capital da Caixa.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Deixe-me só dizer-lhe, já agora, que estou a referir-me, por exemplo, ao caso de um empréstimo, o de Vale do Lobo, em que ambos — o parecer da direção de risco e a direção comercial — pediam que houvesse uma sindicância desse empréstimo, o que foi totalmente ignorado por motivos que, enfim, ainda estamos a tentar apurar, mas que não teve a ver nem com a direção comercial, com a direção que fez a proposta, nem com a direção de risco.

Agradeço-lhe pelas respostas dadas. Agora, gostava de entrar numa operação específica, que é o caso — já falámos dele aqui um bocadinho — do empréstimo ao Comendador Joe Berardo.

O Prof. Paz Ferreira veio aqui referir que ele era considerado um cliente especial. Depois, enfim, tem havido várias opiniões sobre o assunto, mas, de facto, neste caso, no primeiro empréstimo, o parecer de risco é bastante negativo, no sentido em que diz que a operação não contempla qualquer mecanismo que permita aferir e assegurar a valia da Metalgest, apresenta um rácio de cobertura de apenas 100% — já falámos extensivamente sobre isto — e ainda fala sobre o prazo elevado e o reembolso *bullet*, que é especialmente arriscado, naturalmente, uma vez que o reembolso é todo feito no final. Portanto, o parecer é de que não

existe um conforto adequado à concessão do financiamento e, por isso, o Risco fez uma série de recomendações, incluindo o aval do Comendador, entre outras.

O empréstimo foi aprovado com rácio de 100% e sem o aval do Comendador. Um dos pontos que foi tido como peso, aparentemente, para conceder este empréstimo foi uma consideração, da parte da Direção de Grandes Empresas, sobre a idoneidade do acionista Joe Berardo, com elevado património.

Enfim, hoje em dia, sabe-se que o património do Comendador Joe Berardo é, de facto, bastante mais diminuto do que aquilo que parecia ser o caso. Por isso, gostava de saber qual era o peso da idoneidade e o que é que se entendia por idoneidade para isso. Gostava de saber se isto surgiu nas suas discussões. E gostava de saber qual era o peso na concessão de crédito de uma idoneidade e como é que ela era medida.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — É a DGR que fala em idoneidade?

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Não, não é, de facto.

A minha pergunta é se acha que isso é um critério normal de aferição de um projeto de crédito, sempre na perspetiva de preservação do capital.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Deixe-me responder-lhe, um bocadinho jesuiticamente, com outra: encontra a idoneidade como justificação de um crédito, ou melhor, como minorante de risco, em propostas da DGR? A pergunta é essa. Acho que essa pergunta, a ser dirigida, poderá talvez ser dirigida a quem invocou essa qualidade. Não a mim, porque eu não sei responder. Peço desculpa, mas...

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Muito bem.

Tenho, agora, uma série de perguntas que vou fazer de seguida, porque já estou a ficar sem tempo.

Queria começar por referir que, há bocado, o Sr. Doutor disse, em resposta a uma colega Deputada...

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Sinteticamente, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sim, muito sinteticamente.

O Sr. Doutor disse que não se lembrava de tudo o que tinha acontecido nos Conselhos Alargados de Crédito e Conselhos de Crédito, o que é absolutamente natural, mas que havia operações e Conselhos que marcaram a sua memória. Portanto, gostava de saber se nos poderia dar uma indicação de quais são as situações que, efetivamente, marcaram a sua memória e se nos pode explicar o que terá acontecido.

Gostava ainda de perguntar se alguma vez teve conhecimento... Aliás, vamos pôr a questão de uma maneira diferente e muito sucintamente. Há uma situação de um parecer, no caso precisamente do empréstimo à Fundação Berardo, que nos parece um bocadinho curioso. Isto tem a ver diretamente com a direção de risco e gostava de lhe perguntar...

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Tem de terminar.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Só rapidamente para explicar, Sr. Presidente.

Há um momento em que há uma transformação do parecer de risco. Há um parecer de risco que implica obrigatoriamente um aval e que pede também uma avaliação financeira ou os dados financeiros. Depois, na fase seguinte, chegam os dados financeiros e o parecer de risco é altamente

crítico relativamente a esses dados financeiros, mas diz que pode substituir o aval por um indicador de autonomia financeira.

Portanto, neste caso, gostava de saber quais foram as condições para este parecer da direção de risco ter mudado. A operação tornou-se melhor, aos vossos olhos, para terem mudado, no fundo, a condicionante que estavam a exigir nesta operação?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Eu não tenho o parecer à frente, mas, por aquilo que me disse, o que terá levado a mudar terá sido, primeiro, o conhecimento dessas novas contas e, segundo, o tal pedido de maior autonomia financeira da empresa, ou seja, um reforço de capitais próprios da empresa.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Marques, do PS.

O Sr. **João Marques** (PS): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Dr. Vasco Orey, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Como já foi referido, o que está em causa é a fundamentação da aprovação dos créditos em Conselho de Crédito e Conselho Alargado de Crédito, apesar destes pareceres negativos ou condicionados da Direção de Gestão de Risco. Era isto que, efetivamente, estava em causa. Temos muitos exemplos de situações em que houve pareceres de risco desfavoráveis e condicionados e em que, mesmo assim, se realizou o crédito.

Gostaria de começar por lhe perguntar se tem noção de que, em alguns créditos, não existe — pelo menos, segundo o relatório — o parecer de risco da Direção de Gestão de Risco.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Créditos concedidos pela Caixa, ao nível dos Conselhos, sem parecer, com franqueza, não conheço.

Mas repare numa coisa, Sr. Deputado, e permita-me que seja um bocadinho atrevido: também ouvimos aqui dizer que havia seis contratos que não eram encontráveis — foi o que nos disseram —, e esses contratos apareceram logo no dia seguinte.

É importante dizer que, no período inicial da DGR, não era obrigatório o parecer de risco. Era importante perceber e alinhar o período a partir do qual foi obrigatória a emissão de parecer de risco para as operações e a data em que essas operações foram realizadas, porque, se calhar, essas operações foram realizadas, ou foram iniciadas, num período em que a emissão de parecer de risco não era obrigatória.

O Sr. **João Marques** (PS): — Então, colocava-lhe essa questão.

Na sua apresentação, referiu, inclusivamente, que partiram de uma altura em que a emissão de parecer acerca das operações de crédito não era obrigatória...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Exatamente!

O Sr. **João Marques** (PS): — ... e chegaram a outra fase em que já seria obrigatória. A partir de que momento é que passou a ser obrigatória? Temos aqui um período entre 2000 e 2010...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Diria que a partir da publicação da ordem de serviço... Antes já era, mas, formalmente, mesmo puro e duro, é a partir da Ordem de Serviço n.º 13/2003. Digo-lhe isto por uma razão...

O Sr. **João Marques** (PS): — É que, por exemplo, nesta operação da Quinta do Lago em concreto, conhecida por C013, temos parecer da DGR inexistente, na concessão inicial. Na reestruturação, já houve um parecer condicionado. Como é que isto se explica?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Falamos disso à porta fechada? Nessa altura, acho que sou capaz de lhe dar uma explicação.

O Sr. **João Marques** (PS): — Se todos concordarem...

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Nesse caso, a requerimento do depoente, no fim desta ronda, porei a questão à deliberação da Comissão. Estou a ver que há um conjunto aparente de acenos positivos, mas, de qualquer maneira, assim farei.

O Sr. **João Marques** (PS): — Pronto, já percebemos que, basicamente, quando chegava ao Conselho de Crédito ou ao Conselho Alargado de Crédito, o processo vinha elaborado pelo departamento comercial, trazendo já o seu parecer de risco. Certo?

Disse que o enviava, primeiro, à direção respetiva e que essa direção é que trazia o processo para discussão em Conselho de Crédito ou Conselho Alargado de Crédito. Era isto que tinha referido?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Há um conjunto de elementos de informação que a direção comercial apanha e manda esse conjunto de elementos de informação ao risco. O risco elabora um parecer e manda o parecer para a direção comercial. A direção comercial, tendo em conta o parecer do risco, elabora a sua proposta comercial e assina. Todo este

pacote de informação, que é o processo, é transmitido ao Conselho, ou ao Administrador, ou ao Conselho Alargado, para deliberação.

Portanto, se quiser, o parecer de risco... A sombra está lá sempre, nomeadamente através do parecer, que está no processo.

O Sr. **João Marques** (PS): — Pegando nas suas palavras, há pouco referiu que houve momentos que o marcaram e dos quais não se esqueceu, nesses Conselhos de Crédito, e também disse que, por norma, era uma pessoa firme nessas questões da avaliação do risco.

A pergunta que lhe deixava era no sentido de saber se lhe tinha ficado algum momento desta argumentação, porque, obviamente, o processo era apresentado ao Conselho de Crédito, era discutido por quem apresentava a proposta do ponto de vista comercial e, eventualmente, da sua parte, era defendido o seu parecer e a sua posição sobre aquele processo.

Tem em mente alguma altura, neste tipo de processos, que o tenha marcado? Em algum momento ficou convencido de que, apesar de a sua argumentação estar mais do que evidenciada, a área comercial tinha ganhado sobre outros argumentos que, do ponto de vista do risco, não eram aceitáveis?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr. Deputado, quando vê um parecer condicionado e vê que as condições não foram aceites, penso que a opinião do risco não foi aceite, pelo menos integralmente. Isso é o que lhe posso dizer.

Agora, estava a perguntar-me por acontecimentos marcantes...

O Sr. **João Marques** (PS): — Sim, foi o senhor que os referiu.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Vou dizer-lhe que, por exemplo, aquela intervenção do meu colega Zé Pedro Cabral dos Santos me marcou. Marcou-me porque, no fundo, a mensagem que ali está é: «Nós, comerciais, introduzimos aquilo que... Olhamos para o parecer de risco e consideramo-lo.» Esse é o número um.

Agora, a gente também tem... O que eu dizia há bocadinho, apesar de ter sido... O risco é ortogonal. Continuo a dizer que o risco é ortogonal à parte da rentabilidade. Se não quer ter risco, a rentabilidade até pode ser quase negativa. Hoje em dia, se quer ter rentabilidade, tem de assumir algum risco. Não há como fugir a este binómio.

Outro acontecimento que me marcou brutalmente no Conselho de Crédito foi ter ouvido, já não me lembro quem, dizer: «Os senhores já falaram, nós agora decidimos.» Pronto, quer dizer...

O Sr. **João Marques (PS)**: — Também lhe ia fazer essa pergunta.

Do ponto de vista da discussão e da análise do processo de crédito, queria saber se, da sua parte, tinha a perceção — porque falamos sempre assim — de que estava na presença de processos de crédito ditos normais ou, nomeadamente, daqueles que depois geraram este *top 25*. Tinha essa perceção, nesse tipo de debates e de discussão entre o risco e a área comercial? Tinha essa perceção? Não sei se me fiz entender...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Desculpe, perceção de quê?

O Sr. **João Marques (PS)**: — Se estava perante um processo em que havia uma vontade efetiva de querer fazer passar o processo, contra aquela que era a perspetiva do risco, digamos assim.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr. Deputado, nós, talvez ingenuamente, acreditamos que estamos ali perante um processo de crédito. Não há... A sua pergunta é no sentido de saber se suspeitávamos que havia outras intenções ocultas? É essa a sua pergunta?

O Sr. **João Marques** (PS): — Sim, é mais ou menos dentro desse género. Queria saber se haveria algo que, em termos de argumentário comercial, poderia não ser suficientemente forte para ultrapassar a sua posição de risco, porque você percebia que, do ponto de vista do risco, era inaceitável estar a assumir aquele processo comercialmente, e que, mesmo assim, era acerrimamente defendido pelo departamento comercial.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Vamos lá ver... Quando há pareceres de risco desfavoráveis e as operações são aceites, quão mais longe é que podemos ir? Não podemos! Nós não podemos ir mais longe do que isso, não é?

Quem aprovou o crédito com um parecer de risco desfavorável tinha, de certeza, razões válidas e ponderosas para o fazer. Agora, não sei quais foram.

O Sr. **João Marques** (PS): — Essa aprovação — para, dentro da Comissão, percebermos como é que funcionava — era feita na sua presença e na presença do departamento comercial ou era, depois, decidida à parte, entre os três ou quatro Administradores, em conformidade com o Conselho de Crédito ou o Conselho Alargado de Crédito?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Com toda a franqueza, não me lembro de ter havido, nunca, alguma operação decidida à porta fechada e que tivesse sido sujeita a parecer de risco. É que, repare, as pessoas eram

suficientemente abertas e francas para dizer: «Os senhores falam e a gente decide.»

O Sr. **João Marques** (PS): — Era como era, como respondeu o Dr. João Dias Garcia.

Pegando num comentário que foi feito, em sede desta Comissão, em relação à inexistência de parecer escrito, vou citar o Dr. João Dias Garcia: «Circunstâncias havia, porém, em que o parecer de risco não estava ainda emitido por escrito aquando da realização da reunião. Tal ocorria, por exemplo, no caso de operações que tinham de ser decididas com muita urgência ou no caso de preparação de operações de mercado de capitais especialmente sensíveis.

Porém, a DGR estava sempre presente nas reuniões, como membro permanente que era, e transmitia na reunião a argumentação e o sentido do parecer, que, em primeira mão, aliás, tinha transmitido e debatido com a Direção proponente da operação.»

A questão que lhe queria colocar era no sentido de saber se se lembra deste tipo de momentos. Eram frequentes? Lembra-se deste tipo de momentos?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Vamos lá ver, podem ter acontecido, não me lembro. Com certeza que, se o Sr. Dr. João Dias Garcia disse que aconteceram, aconteceram. Agora, acho que devia ser uma coisa raríssima.

O Sr. **João Marques** (PS): — Mas não se lembra de nenhum em especial, em particular?...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não.

O Sr. **João Marques** (PS): — Se não se lembra, também será difícil recordar-se da argumentação para um processo que tinha de ir a Conselho de Crédito ou a Conselho Alargado de Crédito ser considerado especial, ao ponto de não levar um parecer de risco associado.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Repare, o Dr. Dias Garcia diz aí, nas suas declarações: operações que tivessem uma urgência especial ou operações de mercado de capitais. Quer dizer, no lançamento de uma OPA (oferta pública de aquisição), normalmente, a gente quer que isso aconteça com o maior sigilo possível, não é? Portanto, pode ser um dos casos em que nem...

O Sr. **João Marques** (PS): — Nem convém estar por escrito previamente?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não convém estar por escrito antes de a OPA ser lançada. Antes de a OPA ser lançada! Depois, não tem problema... Agora, o senhor quer minimizar a hipótese de haver qualquer espécie de contágio de divulgação de informação.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Sr. Deputado, peço desculpa por interromper, mas, antes de prosseguir, gostaria de referir que a pergunta que colocou há bocado e a resposta do depoente no sentido de querer responder à porta fechada exige uma deliberação da Comissão, deliberação essa que ia propor no sentido de se fazer o máximo aproveitamento de uma reunião em espaço aberto.

Na segunda ronda, o PS será o último a fazer perguntas, portanto o PS pode reiterar a pergunta na segunda ronda e, se, até lá, não for colocada a questão de se fazer à porta fechada, a segunda ronda continuará

totalmente aberta e apenas nessa altura faremos a pergunta do PS à porta fechada.

Todavia, e para evitar estar a fechar e a sair, se, durante a segunda ronda, num qualquer momento acontecer a mesma questão, proporia que deliberássemos, desde já, que a reunião será interrompida, passando a segunda ronda a decorrer à porta fechada. Esta é a metodologia que proponho.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, gosto da sua sugestão, mas tentaria melhorá-la.

Seria mais fácil, talvez, que se fizesse uma terceira ronda à porta fechada, se, além da do PS, houver mais questões que o exijam.

Mesmo que ninguém esteja a contar fazer perguntas na terceira ronda, após as perguntas do PS na segunda ronda, fazemos as perguntas à porta fechada. Senão, corre-se o risco de o PS fazer uma pergunta interessante à porta fechada e, a seguir, abrimos, depois, fechamos...

O Sr. **João Marques** (PS): — Concordamos.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Portanto, a proposta que está a ser feita, e parece-me ter consenso, é que a segunda ronda decorra igualmente à porta aberta e que haja uma terceira ronda à porta fechada.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, só há uma *nuance* que é preciso ter em conta: pode haver Deputados que na terceira ronda queiram intervir à porta aberta. Teremos de arranjar uma solução.

Não nos podemos esquecer de que há grupos que têm mais do que dois Deputados e que cada um se representa a si próprio. Cada um planeia

as suas intervenções, por isso temos de arranjar um mecanismo que dê para isso também, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Creio que não podemos multiplicar infinitamente as rondas. Como aqui já foi referido, uma vez que a reunião comece a decorrer à porta fechada continuará assim.

Portanto, podemos também, se assim entenderem, fazer uma inversão da ordem: havendo Deputados que queiram usar os seus 2 minutos, fá-lo-iam no fim desta primeira ronda. Depois, começaríamos a segunda ronda nos termos em que referi e interromperíamos assim que fosse necessário.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — É isso!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Nem há necessidade, Sr. Presidente.

Vou tentar melhorar a proposta: fazemos a segunda ronda normalmente e, antes de se fechar a porta para a terceira ronda, quem quiser, faz perguntas à porta aberta. Fica resolvido.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Sr.^a Deputada Cecília Meireles, faça favor.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, pensei que tínhamos chegado a um acordo precisamente para evitar isto.

Creio que, não havendo acordo, se deve continuar a reunião toda à porta aberta — a regra tem de ser essa — e, depois, no fim, quando já não houver mais rondas, fecha-se a porta e quem...

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — É isso!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É isto?

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sim.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Abrir e fechar é que não.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — A ideia é evitar isso!

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — A proposta da Sr.^a Deputada Cecília Meireles é que se conclua a primeira ronda, que se faça a segunda, que se faça a ronda dos 2 minutos, que se faça a terceira ronda e, finalmente, que se faça uma ronda à porta fechada?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, creio que só há uma Sr.^a Deputada que quer intervir nessa terceira ronda e está no seu direito. Estou a chamar-lhe ronda, mas, na prática, o que estava a sugerir é que se acrescente as perguntas da Sr.^a Deputada, que tem o direito legítimo de intervir, à segunda ronda e, depois, fecha-se a porta. É exatamente o que disse há bocado.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — A proposta aparentemente consensual é que a segunda ronda decorra integralmente com a porta aberta e que os Deputados que queiram inscrever-se para usar da palavra em 2 minutos o façam, ronda essa que será ainda com a porta aberta, e, então, nesse momento, a reunião irá prosseguir à porta fechada. É isso?

Sendo consensual esta proposta, está a deliberação feita.

Pode prosseguir, Sr. Deputado João Marques. Peço desculpa, mais uma vez, por tê-lo interrompido.

O Sr. **João Marques** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, em relação ao que foi referido pelo Dr. João Dias Garcia, nomeadamente sobre os pareceres prestados de forma oral, já me respondeu que, por vezes, em situações complicadas, o processo teria de ser assim mesmo, até pela sua própria natureza, pergunto-lhe o seguinte, partindo do pressuposto que o senhor, pessoalmente, deu algum parecer oral...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr. Deputado, disse que não me lembrava desse tipo de acontecimento. Admito que tenha acontecido, mas não me lembro.

O Sr. **João Marques** (PS): — E do ponto de vista do risco e da análise do risco, como é que eram tratados este tipo de processos especiais ao nível da Direção de Gestão de Risco? Estamos a falar de uma direção, como percebi há pouco, que tinha qualquer coisa como 200 pessoas...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não, não.

O Sr. **João Marques** (PS): — Foi o que percebi. Devo ter entendido mal...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Começámos com 90 e, quando saí de lá, eram mais ou menos 120. Comigo nunca foram 200.

O Sr. **João Marques** (PS): — Peço desculpa, percebi mal.

Mas como é que era tratado este tipo de processos ditos especiais?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Como é que eu os trataria?

O Sr. **João Marques** (PS): — Como é que se tratavam os processos?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Chamaria o meu colega Rui Gomes, chamaríamos um técnico e seria tratado desta forma. Três pessoas.

O Sr. **João Marques** (PS): — Sendo que esses pareceres deveriam integrar a proposta comercial, referiu que seria um passo prévio, digamos, à entrada da proposta. Se estaria para se decidir o crédito e o parecer ia ser só emitido naquele momento, como é que era possível ser apresentada a proposta comercial sem o parecer integrado da área do risco?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Alguém nos iria apresentar a operação que estava em jogo. Imagino que seria alguém da área comercial que iria apresentar.

Vamos imaginar uma situação: suponha que uma empresa portuguesa queria lançar uma OPA sobre outra. É uma operação em que tem de estar tudo calado e quieto e que só pode ser conhecida publicamente no momento do seu lançamento. Portanto, é preciso montar a operação, havendo um conjunto reduzido de pessoas que a conhece. São obrigadas a sigilo, aliás, são sempre, mas esta é uma operação mais sigilosa. Quando aparecesse lá o financiamento desta operação, o que aconteceria era que alguém nos ia explicar qual era a operação comercial que estava em jogo e nós, perante essa informação, decidiríamos o que havíamos de dizer.

O Sr. **João Marques** (PS): — Disse, há pouco, que tinham um administrador de pelouro que estava associado. Queria que me confirmasse

se, do ponto de vista da sua integração, o administrador do pelouro da Direção de Gestão de Risco fazia parte desse Conselho de Crédito ou Conselho Alargado de Crédito.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — O administrador que tinha o pelouro da DGR? Vamos lá ver, «fazia parte» quer dizer que podia estar presente? Ou «fazia parte» quer dizer que estava presente? O que é que o Sr. Deputado me está a perguntar?

O Sr. **João Marques (PS)**: — Queria saber se fazia parte da decisão. Se estamos a falar de um órgão que é constituído por três ou quatro administradores, queria saber se um destes é o administrador do pelouro.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Aí não me posso socorrer da memória, mas poderia socorrer-me das atas, que refletem as presenças. Assim, de uma maneira muito mais objetiva, teria a informação, Sr. Deputado.

Não me obrigue a mim... É que é difícil! Já passaram muitos anos! A grande vantagem dos documentos escritos é essa: podemos ir lá olhar para eles.

O Sr. **João Marques (PS)**: — Agradeço. Mas, do ponto de vista das atas, efetivamente, se elas não fossem tão sucintas, por vezes, tínhamos a perceção correta do que se passava e do que era dito.

Daí a minha pergunta seguinte, embora o Sr. Doutor não se deva lembrar. Na reunião desse Conselho Alargado de Crédito ou Conselho de Crédito, em que foram propostos pareceres desfavoráveis ou até negativos em relação a determinadas operações, qual era a posição do administrador do pelouro?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr. Deputado, com todo o respeito, vai ter de lhe perguntar isso a ele, porque não posso estar a fazer minhas as palavras que foram ditas por outra pessoa. Não consigo.

O Sr. **João Marques** (PS): — Em relação a esta questão, não havendo essa perceção, porque não temos essa perspectiva relativamente à discórdia entre a decisão do Conselho Alargado de Crédito e os pareceres...

Como já não tenho tempo, vou guardar as minhas perguntas para a segunda ronda.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr. Deputado, indo às atas, podemos sempre ver as presenças...

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Não necessariamente. Segundo um testemunho já prestado nesta Comissão, por vezes, houve pessoas que não estiveram nas reuniões e assinaram as atas.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não quero acreditar nisso! Mas, se assinaram, são responsáveis! Aí, desculpe lá...

O Sr. **João Marques** (PS): — Sr. Presidente, deixe-me só fazer uma pergunta para fechar.

Certamente que o Sr. Doutor terá em memória, já que foram muitos anos, se houve alguma vez em que o administrador da sua área, numa reunião do Conselho de Crédito, face a um determinado tipo de processo, se tenha manifestado contra aquilo que era a tendência da maioria para a aprovação do crédito, ou seja, para a aprovação da proposta comercial em

detrimento da proposta da sua direção. Lembra-se que alguma vez tenha decorrido algum desses processos?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Lembro-me do seguinte: a administração não discutia em frente dos diretores. Disso lembro-me.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Tendo em conta que já levamos cerca de duas horas e meia de reunião e o depoente é a única pessoa que não pode nunca ausentar-se, propunha que fizéssemos uma pausa de 5 minutos, que tenderão a ser um pouco mais, antes de passarmos à segunda ronda.

Eram 20 horas e 6 minutos.

Srs. Deputados, vamos, então, começar a segunda ronda de perguntas.

Eram 20 horas e 23 minutos.

Esta ronda decorre nos mesmos termos da primeira, mas cada Deputado dispõe de 5 minutos.

Para iniciar a segunda ronda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, foi aqui colocada uma questão sobre o crédito da QdL (Quinta do Lago), que é um crédito separado com a Birchview. Ao contrário do que foi dito, parece-me que existe um parecer de risco inicial — pelo menos, acho que o encontro nos *dossiers*, apesar de serem tão confusos.

É um crédito que tem muitas características do crédito de Vale do Lobo, mas há uma que é muito particular: a estrutura de *offshore* que é montada no próprio financiamento e no financiamento dos acionistas.

No caso da Birchview ou da QdL, essa estrutura é até anterior ao financiamento e uma das coisas que me impressionou neste parecer de risco em particular foi o facto de se ir financiar um SPV (*special purpose vehicle*), um veículo constituído para o efeito, não se conhecendo quem são os acionistas dessa estrutura.

Não preciso dizer o que é que isto permite em termos de branqueamento de capitais ou de outras operações, porque os acionistas são *offshore* de que não se conhece o beneficiário último. Isso mesmo está escrito num parecer de risco que diz que se desconhece a estrutura acionista, que não se sabe quem está a investir neste crédito.

Gostaria de saber se ela foi conhecida depois ou se era normal financiarem-se estruturas cuja estrutura acionista não era conhecida porque estava montada num esquema de *offshore*?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, não tenho o parecer. Ajude-me: dizemos que isso é uma coisa positiva ou apontamos isso como um defeito?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Repare, não há nenhuma forma de isso ser uma coisa positiva, portanto é lógico que é apontado como um defeito.

A minha pergunta vai um bocadinho além disso, ou seja: sabe se, depois, isso foi conhecido ou se deu origem a um procedimento de análise mais aprofundado? Isto porque não se conhecer uma estrutura acionista, e já de acordo com os normativos desta altura, era uma questão séria, porque

permitia um conjunto de operações que, mesmo do ponto de vista de branqueamento de capitais, seria estranho.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, a Caixa — e acredito que nessa altura já existisse — tinha um departamento com a responsabilidade exatamente de ver esse tipo de problemas, analisá-los e, de alguma maneira, lançar alertas sobre eles, que era a direção de compliance.

Não nos competia a nós tratar de problemas de branqueamento de capitais.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Outra dúvida que se tem mantido é sobre a rentabilidade ou rendibilidade das operações, aquilo a que se chama ROE (*return on equity*), o retorno pelo capital. Havia uma indicação de qual o ROE expectável em cada operação? Havia uma indicação média dentro da Caixa?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Bem, posso responder-lhe, mas vai levar algum tempo.

A certa altura, percebemos que era bom para a Caixa haver um modelo de determinação de rentabilidade das operações. Construámos uma coisa simplíssima, em *Excel*, utilizável por todas as áreas, em que, com os *inputs* mínimos acerca do consumo de capital, dos custos operacionais, dos custos com provisões e poucos mais parâmetros... Ah, do custo de financiamento conseguíamos saber qual era a rentabilidade da operação.

Houve uma direção que nunca utilizou... Ah, e íamos buscar à DMF (Direção de Mercados Financeiros) o custo de financiamento, à DCP (Direção de Planeamento, Orçamento e Controlo) os custos... Quer dizer, não íamos inventar os números, íamos às direções da Caixa com responsabilidade naquela área pedir os números.

Houve uma direção na Caixa que achava que os números que estávamos a pôr em termos de custos não se aplicavam a eles e utilizavam custos diferentes. À parte isso, não só houve um modelo de determinação de rentabilidade, como houve — e agora estou a dizer-lhe por aquilo que me posso lembrar — uma rentabilidade de mais ou menos 10% para os capitais próprios, que era o que era exigido.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Essa direção era a Direção de Grandes Empresas. É caricato, porque os pareceres dizem, ou seja, a DGR diz que a rentabilidade é uma e a Direção de Grandes Empresas diz que a rentabilidade é outra, sendo que esta última calculava a rentabilidade de forma diferente porque não aceitava o parâmetro dos custos operacionais. Pelo menos, é isso que consigo ver nos pareceres.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não calculava de maneira diferente, calculava com o mesmo modelo, mas com outro parâmetro relativamente aos custos operacionais. O modelo era o mesmo.

E garanto-lhe que o modelo não era nada *out of space*. Era um modelo feito em *Excel*, uma coisa simples. Repare, a gente também quer coisas simples para as pessoas usarem e perceberem, não queremos coisas estratosféricas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não estou a questionar o modelo, pelo contrário, acho que é muito útil. É muito útil até ao momento em que existem dois valores!

A DGR, sistematicamente, diz que a rentabilidade é 5%, 6%, 7%, abaixo do limite de 10%. Depois, vem a Direção de Grandes Empresas e, por milagre, as suas contas são sempre de 10%, 11%, 12%.

Portanto, como é que pode haver um critério objetivo se, depois, cada direção calcula como entende?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Para nós, o critério objetivo era o nosso, já que íamos pedir os elementos à DCP, à direção financeira, etc.

Mas a DGE com certeza que é capaz de lhe dizer qual era o seu racional para utilizarem um parâmetro de custos diferente. Não sei onde é que os foram buscar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Alguma vez tentaram impor esse modelo de cálculo a todos os departamentos e direções? Alguma vez houve uma tentativa de impor este modelo para ser uniformizado dentro da Caixa?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não tentávamos impor, não tentávamos mandar, tentávamos trazer as pessoas para nós. E lembro-me que houve, efetivamente, uma explicação do modelo às diferentes áreas comerciais. Houve uma explicação do modelo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta a seguir é: se não há um modelo... E muitas vezes nem sequer havia análise de rentabilidade! Há operações, como as do Berardo, por exemplo, que não têm, pura e simplesmente.

Mas, se não analiso a rentabilidade, como é que defino o *spread*?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Uma das maneiras é *whatever the market takes*, ou seja, aquilo que o mercado consegue carregar. Essa é uma das maneiras. Outra é através de negociação com o cliente. Não sei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O *spread* aparece, um bocadinho, sem uma regra. Tanto aparece com 1%, como aparece com 5%, como aparece com 0,75%. E parece mesmo ser aquilo que o cliente, neste caso, os grandes clientes impõem.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Repare: está a falar com uma pessoa que era encarregada do risco e que tentava fugir das áreas de rentabilidade como o Diabo foge da cruz.

Tentava dizer às nossas pessoas: «O *spread* não é connosco, as garantias são. O *spread* é com eles!»

Pergunta-me como é que era determinado o *spread*. Não éramos nós que o determinávamos, eram as áreas comerciais que o faziam.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas é suposto o *spread* remunerar o risco?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — E não só!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas é mais uma razão para não haver uma separação entre estas duas determinantes. Não posso ter um empréstimo com muito risco e um *spread* definido comercialmente sem nenhuma ligação...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, deixe-me lembrá-la que um dos nossos orgulhos foi ter ajudado a que na Caixa fosse introduzido um preço ajustado ao risco para o setor das empresas e para o crédito à habitação.

Havia a noção, na Caixa Geral de Depósitos, a partir de certa altura, que havia risco e que ele tinha de ser remunerado de uma maneira diferente

conforme o seu nível. Não havia só a noção, como havia a prática deste princípio, que é mais importante.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Referiu-se noutras audições o afastamento do administrador Vítor Martins da Caixa. Tem memória desses tempos e sabe porque é que foi afastado, de forma até um pouco abrupta, da presidência da administração da Caixa?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não faço a mínima ideia! É que, repare, esse tipo de ações passavam-se a um nível... Eu era um — vou dizer isto e pode parecer mal — mero diretor da DGR. Era um diretor de um serviço da Caixa. Tenho alguma coisa a ver e sei lá alguma coisa do que se passa em relação ao afastamento do presidente?! Não faço a mínima ideia!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Referiu também que teve momentos memoráveis, ou de que se lembra, do Conselho Alargado de Crédito. Não sei se já teve oportunidade de nos dizer quais foram, mas gostaria de saber que momentos são esses.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Já fiz a inconfidência de lhes relatar dois: um deles foi o do meu colega José Pedro Cabral dos Santos e o outro foi aquele em que disseram «os senhores já falaram, nós agora decidimos». Foram dois momentos que me marcaram profundamente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não há nenhuma decisão em específico de que se lembre por tê-la achado particularmente errada ou por ter sido uma discussão particularmente acesa?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não me lembro em que caso foi, mas o que levou à fase final de «os senhores já se pronunciaram, nós agora decidimos» talvez tenha sido um caso desses.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Precisava que me dissesse o que é que levou a essa fase final, ou seja, qual era...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — A sério que disso não me lembro! Não me lembro...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, lembra-se do final da reunião, mas não se lembra do propósito da reunião. Ou seja, estavam a discutir um crédito...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, vamos ver, se lhe disser que numa reunião normal de Conselho de Crédito e de Conselho Alargado — era uma a seguir à outra — eram discutidas...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — 17 propostas!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Eram discutidas 17 propostas.

Multiplique — nem sei se eram dois dias por semana, mas mesmo que seja um dia por semana — 17 por 52, tire quatro, das semanas de férias, mais um, de feriados, etc... Veja a quantidade de processos que eram ali decididos. É impossível! É humanamente impossível uma pessoa lembrar-se de uma operação em concreto! É impossível!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sei que é difícil, mas há uma diferença entre 10 milhões para a construtora Martins & Martins ou 350 milhões para Joe Berardo.

Estas figuras de que, feliz ou infelizmente, estamos a falar nesta Comissão de Inquérito são conhecidas e, além disso, tiveram créditos todos acima de 100 milhões. Mas contam-se pelos dedos os devedores acima de 100 milhões da Caixa. Por isso, pergunto se não se lembra de nenhuma operação que tivesse ficado na sua memória por isso, por ser quase caricata até.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — O problema não era ser caricata. Na Caixa, operações muito grandes eram muito frequentes.

A Sr.^a Deputada está a falar-me de uma operação em concreto. Mas acredita que houve operações desse montante que correram bem?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Acredito!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Acredita?! E eu não me lembro delas! Porque é que me havia de lembrar em particular de uma que correu mal se não me lembro das que correram bem!?

Para nós — a expressão, se calhar, é feia —, era *bread and butter*! Era o nosso trabalho! E quando é o nosso trabalho, a nossa rotina, a gente não se lembra daquilo, ou seja, nada sai em especial. É a nossa rotina, é o nosso dia a dia!

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Obrigado, Sr. Doutor.

Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, gostava de voltar a uma das perguntas que lhe fiz e que tem a ver, de facto, com a circunstância de, em 2007, o Banco de Portugal ter oficiado a Caixa, fazendo perguntas sobre a constituição da Wolfpart e da Resortpart.

Disse-nos que tinha uma recordação vaga desta matéria. Sei que esta troca de correspondência existiu algures em setembro de 2007 e acabou, ou pode ter acabado, em novembro desse ano com o Banco de Portugal a determinar que a Caixa Geral de Depósitos considerasse esta exposição como risco do próprio grupo.

O que lhe pergunto é se esta determinação do Banco de Portugal foi cumprida e como é que o Banco de Portugal a fiscalizou ou se teve algum conhecimento. Calculo que a situação não fosse vulgar, daí ter também essa memória.

De 2007 até sair da Caixa, que atividade viu, do ponto de vista do Banco de Portugal, para acompanhar este crédito ou para o supervisionar?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não me lembro que o Banco de Portugal tenha batido à porta da DGR para acompanhar esse crédito.

Mas o que é que acontecia? Fazíamos mapas acerca... Pronto, no âmbito do processo de monitorização do crédito... E, já agora, aproveito para dizer que este relatório *Caixa Geral de Depósitos, Auditoria Independente* diz sobre a DGR, basicamente, o que Maomé não disse do toucinho. Quer dizer, o que eles dizem é que a gente... Imaginem, dizem o que a gente não fazia! Uma coisa inacreditável! E era a determinação de grandes exposições... Portanto, acredito que, através desse mapa, eles tivessem controlado, ou através dos grandes riscos, como é que as coisas estavam a ser efetuadas.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Através de...?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Há mapas que nós produzíamos acerca das grandes exposições e há mapas que nós produzíamos através de grandes riscos e acredite que através de um ou de outro o banco pudesse controlar o que é que estava a ser feito.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, o Risco produzia mapas das grandes exposições...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sim, sim!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... ao longo deste período de tempo.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sim!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Bom, nós vamos apresentar um requerimento pedindo ao Banco de Portugal que nos envie esta correspondência...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, aliás, eu ajudo-a mais.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Diga!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Eu ajudo.

Os senhores tiraram-me do sério, porque me obrigaram a estudar *dossiers*, que era uma coisa que eu não fazia há anos!

O Risco produzia reportes sobre: grandes riscos; exposições a grupos económicos; incumprimento setorial; seguimento de carteiras; crédito à

habitação; cartões; crédito à economia; provisões económicas; imparidade; primeiros incumprimentos; alertas de crédito. Aliás, a certa altura, tivemos um *call center* de incumprimento de crédito à habitação, porque uma coisa que percebemos rapidamente na Caixa foi que resolver um problema de crédito à habitação no início é possível, resolver um problema de crédito à habitação com oito meses de prestações em atraso é impossível, portanto o melhor é atuar sobre isso.

Havia, ainda, um reporte sobre as operações de ações. Aliás, se virem, ainda no outro dia, o Sr. Dr. Pedro Cardoso, numa intervenção na SIC, falou desse reporte sobre as operações de ações.

Havia relatórios sobre crédito vencido, havia relatórios sobre incumprimento setorial na Caixa e no sistema, o que nos permitia ver como é que estávamos relativamente à concorrência e se estávamos melhor ou pior em determinados setores.

Isto foi do que eu me consegui lembrar, pois de certeza que mais relatórios eram produzidos para além destes que referi.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E estes relatórios eram produzidos com que periodicidade? Eram mensais? Eram anuais?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Anual um relatório destes?! Olhe... Vou dar-lhe... Todos não consigo dizer, mas...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Por exemplo, o dos grandes riscos e o de operações com ações.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — O de operações com ações era produzido... Eu acho que, a certa altura, isso era quase produzido semanalmente.

Mas, por exemplo, sobre imparidade, que, no fundo, é estarmos a olhar para um incumprimento... Por acaso, esse é um relatório que é engraçado, porque olha para ele... O modelo de imparidade tinha sido construído na DGR com auxílio da Deloitte e, basicamente, para exposições de massa, divide a carteira toda em grupos que sejam o mais homogéneo possível dentro do grupo e o mais heterogéneo possível grupo a grupo — portanto, a maior diferença possível entre os grupos e o mais homogéneo dentro do grupo — e, depois, determina qual é a imparidade desses grupos.

Depois, para as empresas de massa faz o mesmo e para as grandes empresas, para as grandes exposições, é olhado caso a caso e, de três em três meses, nós tínhamos reuniões — penso que era isto — e, não sei se era semestralmente, pelo menos, mas essas reuniões envolviam, nestas grandes exposições, os auditores, envolvia a DGR e envolvia a área comercial respetiva. Isto é, nós não misturávamos a DES com DGE. Não! Era DES, depois era a DEN, depois era a DGE... Não havia cá uns a saberem o que é que se passava com os outros. Era isto!

Agora, este relatório era fantástico porque permitia ter um sentimento do que era a evolução do incumprimento da Caixa Geral de Depósitos e o que é que tínhamos de associar, no fundo, de imparidade, de custo económico que estava associado a esta exposição.

Os alertas de crédito... Já agora, deixe-me falar sobre isto. As direções comerciais de empresas recebiam por gabinete e por região, que, depois, era consolidado para a direção... As empresas que tinham alertas eram... E não me pergunte quais é que eram os alertas que não me lembro! Mas sei que o resultado era: alertas verdes, laranjas e encarnados. Os encarnados eram mais graves e eles tinham obrigatoriamente de olhar e de apresentar um plano de ação.

Portanto, nós não nos sentávamos com o incumprimento; havia uma obrigação de apresentarem um plano de ação relativamente àqueles casos. E era, enfim, uma maneira muito engraçada de olhar e de obrigar as pessoas a trabalhar.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Obrigada. Vou, aliás, refazer o nosso requerimento para pedir também alguns desses relatórios que me parece que podem ser bastante úteis a esta Comissão. É quase o nosso trabalho de casa que, afinal, já se encontra feito na Caixa Geral de Depósitos.

Estava a dizer-me que o Banco de Portugal nunca falou, nunca bateu à porta da DGR por causa desta questão do crédito da Wolfpart...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Que eu me lembre! Que eu me lembre!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Disse-me há bocado que o Banco de Portugal nunca bateu à porta da DGR por causa deste caso específico. O que pergunto é se era habitual o Banco de Portugal bater à porta da DGR questionando ou supervisionando algum caso concreto de crédito.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Espere aí, deixe-me qualificar. Que eu me lembre, não tivemos esse contacto.

O que é que era normal nos nossos contactos com o Banco de Portugal? Os nossos contactos com o Banco de Portugal tinham, essencialmente, a ver com o desenvolvimento do Basileia II. Não era com casos de exposições de crédito, não era com isso; era com o desenvolvimento do Basileia II, que nos dava cabo da cabeça durante os últimos anos.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Gostava de lhe perguntar o seguinte: fez uma afirmação, creio eu que ao jornal *Público*, sobre o caso Vale do Lobo...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Eu?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não sei se fez uma afirmação... Eu tenho aqui a notícia...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Eu?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim!

Fez, então, uma afirmação dizendo que confirmou que os contornos da operação Vale do Lobo não foram, de facto, inéditos.

O que lhe pergunto é em que contexto é que isto é dito e, como lhe perguntei há pouco sobre o *e-mail* e disse «não era assim tão pouco habitual», se consegue dar-me outros exemplos de situações semelhantes em que, até porventura, as coisas tenham corrido bem.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — É capaz de me dar a data desse *Público*?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim. Tem a data de 1 de março de 2019, creio eu. Posso dar-lhe...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Eu falei com o *Público*?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não, o *Público* reporta um testemunho. Eu posso ler a notícia.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Pois, é porque eu...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu estou a perguntar, porque as notícias não são fonte de prova numa Comissão de Inquérito; os testemunhos são.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — *Okay*. Eu não falei... Vamos repor...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu vou ler e vou contextualizá-lo.

Diz assim a notícia: «Questionado pelo advogado Diogo Gaspar Ferreira...» — isto no âmbito de uma reportagem que estava a ser feita...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Ah!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... de um caso judicial, no caso é a Operação Marquês, como é público e notório — «... sobre outras sociedades de que o banco também se tornou acionista, como a dos sumos Compal, negócio que foi fechado mais ou menos na mesma época, Vasco Orey confirmou que os contornos da operação Vale do Lobo não foram, de facto, inéditos».

O que lhe pergunto — e tenho outras perguntas para lhe fazer sobre a Artlant, caso em que a Caixa também assumiu os contornos do papel de acionista — é se, e nós, obviamente, estamos a olhar e estamos concentrados em determinados casos que sabemos hoje que correram bem, estas operações eram correntes, eram comuns, com que frequência aconteciam e com que frequência aconteceram de facto.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Ora bem, não me vou basear nessa notícia do *Público*, porque, ao que percebo, o *Público* está a dizer porque ouviu que eu disse uma coisa qualquer... Nunca falei com o *Público* sobre esse tema.

Admito que a Sr.^a Deputada me está a perguntar...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A acusação do processo é pública, portanto não estou a violar nenhum segredo de justiça, muito pelo contrário.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não, não! Eu só estou a precisar que eu nunca falei com o *Público*! Nunca!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A questão aqui não é essa. A minha questão não tem a ver com isso...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Para mim, a sua questão é esta, e corrija-me se eu estiver a ver mal: o que me está a perguntar é se há mais casos em que a Caixa tenha entrado no capital de uma empresa e, depois, também tenha entrado no financiamento. É esta a sua pergunta?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ou vice-versa, ou seja, casos em que tenha entrado no financiamento e depois tenha entrado no capital.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Eu acho que... Se a sequência... Eu não sou capaz de lhe dizer...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Casos que não seja por execução de um crédito em que a Caixa se torna credora e toma a posição de acionista. Num caso em que isso não tenha acontecido...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Eu não sou capaz de lhe dar a dimensão sequencial que me está a pedir.

O que lhe posso dizer, retirando a dimensão sequencial, sobre se há mais casos em que a Caixa tenha entrado no capital e no financiamento, é o seguinte, porque aí, assim, eu penso que há mais casos: há o caso da Compal e o caso do PIN, do projeto que é PIN...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Da Artlant?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Da Artlant. Pois, isso!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Falando um bocadinho desse caso da Artlant, ela ficou conhecida como um caso de investimento estrangeiro. É costume o investimento estrangeiro ser financiado de forma massiva e bastante expressiva pela banca portuguesa pública, neste caso?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Vamos lá ver, o projeto foi declarado PIN e o PIN era projeto de interesse nacional... Este projeto apareceu-nos como um financiamento; agora, se me pergunta: é difícil a Caixa não entrar num projeto desses? Eu acho que não é difícil, acho que é impossível não entrar! É impossível!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É impossível? Não sei! Basta dizer «não»!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Impossível não entrar!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas repare numa coisa: um PIN não é propriamente uma autorização de crédito em qualquer banco ou, pelo menos, não deve ser.

Aliás, vou ler as condições em que ele foi atribuído. No requerimento submetido pela empresa em que se pede a classificação como PIN, diz-se: «Não foi efetuado um estudo de mercado específico para sustentar este projeto, aliás, inicialmente, decidido numa base de racionalidade empresarial no âmbito de um grupo prestigiado e relevante no setor. Não obstante, foram efetuadas algumas análises sobre as tendências de consumo de PTA e PET por personalidades com grande experiência acumulada no setor e com base em fontes de informação bastante credenciadas».

A partir daqui, o projeto passa a ser reconhecido como PIN. Aquilo que me está a dizer é que o reconhecimento de um projeto como PIN implica obrigatoriamente que os bancos nacionais lhe concedam crédito, independentemente de outras garantias ou de outras condições?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não. Não lhe estou a dizer isso! O que lhe estou a dizer é que, dado que o projeto é PIN, e se forem oferecidas garantias suficientes, é impossível a Caixa Geral de Depósitos não participar.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A minha questão aqui é se terão sido, porque o parecer, de facto, foi condicionado, dizendo uma coisa que me parecia óbvia. A DGR disse uma coisa óbvia: «Os apoios encontram-se condicionados à concretização do investimento». Pois, se o

investimento não se concretizasse, podia não correr bem, como, infelizmente, viemos a ver.

Portanto, salientava a importância da sindicância dos apoios intercalares e da sindicância futura do *project finance*.

Aquilo que conseguimos saber é que, de facto, este acompanhamento e esta monitorização e até a avaliação dos imóveis e bens sob hipoteca não foram feitos. Pergunto quem tinha a responsabilidade de ir fazendo esta avaliação e de ir percebendo qual era o andamento deste financiamento.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Mais uma vez, o que lhe posso dizer é que a DGR não tinha essa responsabilidade.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas quem tinha?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não lhe posso dizer com precisão, mas estará certamente nas instruções de serviço sobre crédito.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, Dr. Vasco Orey, queria pegar numa interação que teve aqui com a Sr.^a Deputada Cecília Meireles em relação aos relatórios produzidos pela DGR que enviava regularmente ao Banco de Portugal.

O senhor conhecia, porque estava lá, um conjunto de operações de centenas de milhões de euros que tinham parecer de risco desfavorável ou condicionado e que, apesar disso, eram aprovados. E fazia reporte, a partir desses relatórios que produzia, ao Banco de Portugal.

A minha pergunta é se, alguma vez, o Banco de Portugal foi ter com a DGR para perceber o que se estava a passar na Caixa, em geral.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Como lhe disse, o que me lembro das interações com o Banco de Portugal tem a ver essencialmente com o desenvolvimento do programa Basileia II.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — A DGR realizava um reporte dessas situações ao Banco de Portugal e davam a conhecer-lhe que havia uma política de risco que posso classificar como imprudente. Da parte do Banco de Portugal, nunca houve interesse em procurar saber o que é que se estava a passar na Caixa? Nunca houve esse papel de ir procurar o que se estava a passar para perceber se havia alguma intervenção que pudessem ter? Nunca foram ter convosco nesse sentido?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Primeiro, enviávamos os mapas que eram regulamentarmente definidos, o que não quer dizer que fossem mapas que pudessem ser traduzidos imediatamente em riscos, em exposições que é o que...

Mas, se o Banco de Portugal deixou a Caixa fazer, não faço a mínima ideia, porque não sei o que é que o Banco de Portugal fez com a Caixa. Repare, há departamentos que lidam diretamente com o Banco de Portugal. O Banco de Portugal pode ter ido ter, ou não, com as direções comerciais. Não lhe posso dizer se foi se não foi.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas convosco não foi...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — O que sei é que não me lembro de ter tido uma interação com o Banco de Portugal acerca destes mapas.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Com certeza que, se houvesse uma grande preocupação do Banco de Portugal que lhe fosse transmitida, se iria lembrar. Se houvesse uma preocupação muito latente, muito presente, isso seria algo que não deixaria de recordar.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não lhe posso responder, Sr. Deputado. Não lhe posso dizer. Sei que a resposta mais fácil era dizer que me lembrava, mas não posso.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Também referiu que enviava relatórios que comparavam a Caixa com os concorrentes no mercado e que avaliavam se estava melhor ou pior que os concorrentes. Em geral, estava melhor ou estava pior?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Quer uma resposta muito franca? A Caixa era essencialmente, quando havia o escudo, um banco fornecedor de liquidez ao sistema, era um banco muito forte no crédito à habitação e era um banco muito forte no crédito à construção.

A exposição ao setor de empresas não era o forte da Caixa. Quem era mais forte na exposição ao setor de empresas era o BNU. Foi o BNU que criou a rede de Gabinetes de Empresas, que, quando foi a fusão da Caixa com o BNU, veio para a Caixa e que continuou e ainda está, graças a Deus, pelo País.

A exposição da Caixa aos setores económicos era fraca e, como tal, a atuação da Caixa era muito virada para a captação de clientes e, assim sendo, pode imaginar a dificuldade que essa ação tinha e o impacto que podia ter em termos da carteira.

Não estou a dizer com isto que a Caixa apresentaria... Não me lembro dos indicadores que apresentava, mas não me lembro também que a Caixa apresentasse os piores indicadores face ao sistema. Não.

Mas a Caixa tinha esta dificuldade em termos do setor empresas. Era muito forte no crédito à construção e no crédito à habitação.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E os auditores internos e externos da Caixa alguma vez pediram uma reunião à DGR? Alguma vez sentiu que havia uma preocupação com a política de risco da Caixa, da parte dos auditores?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — A auditoria interna preocupava-se connosco, com os modelos de classificação de risco que fazíamos e, ao longo do tempo, foi fazendo reparos.

Enfim, se quiserem, depois, falo-vos sobre o desenvolvimento dos modelos internos, porque era importante conhecerem-nos.

Com os auditores externos, tínhamos uma relação muito próxima e aberta. Porquê? Por causa das imparidades. Eles acompanhavam-nos, acompanhavam as imparidades, recebiam relatórios sobre elas, e lembro-me que havia reuniões em que participavam os auditores externos, as áreas comerciais e a DGR para discutir as imparidades dos grandes casos.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E nessas reuniões havia uma preocupação com a política de registo de imparidades da Caixa?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Havia uma preocupação de constituir imparidades suficientes para cobrir o risco que os créditos apresentavam, na medida em que estavam numa situação de *going concern*. Não íamos

executar aqueles créditos amanhã. Íamos reconhecendo a imparidade, mas os créditos iam continuar.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas não houve nenhum momento em que ficasse clara uma preocupação com a política de registo de imparidades da Caixa? É que parece que essa é uma preocupação que já várias pessoas manifestaram.

A política de registo de imparidades da Caixa era adequada aos incumprimentos que se iam verificando?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Tive o cuidado de dizer que a política de registo de imparidades era olhando para as operações *as a going concern*, como se elas continuassem a correr, como se não fossem executadas amanhã.

O Sr. Deputado lembra-se, certamente, do que aconteceu há uns anos quando houve uma declaração de imparidades monumental na Caixa e que houve um aumento de capital muito substancial. Houve isso porque houve uma alteração de política. Houve uma alteração na política de reconhecimento de imparidades.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Como é que classifica a anterior política de imparidades e a que passou a estar em vigor?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Dadas as hipóteses que estavam subjacentes à política anterior, os resultados estavam corretos. Dadas as hipóteses que estão subjacentes à política que foi assumida, os resultados estão corretos.

Posso dar-lhe um testemunho. A minha formação de base é Matemática e, quando entrei para a Faculdade de Ciências, tive uma

cadeira de Geometria. Nessa cadeira ensinaram-me que havia o quinto postulado de Euclides e que andaram anos a tentar provar que vinha do primeiro, do segundo, do terceiro e do quarto. Até que houve um génio que disse que não. Por um ponto exterior a uma reta passam duas paralelas e é possível fazer uma geometria assim.

Houve outro, que veio a seguir, que disse que não passava nenhuma. E também é possível construir uma geometria.

Tudo depende das hipóteses de onde partimos e no regime anterior partíamos de determinadas hipóteses, havia uma certa consequência sobre imparidades. No regime atual, partimos de outras hipóteses e há outras consequências sobre imparidades.

Qual é a mais correta? Há uma coisa que é possível e que lhe posso dizer: se quiserem passar do atual para o anterior, nunca mais vão poder fazê-lo. Nunca mais vão poder. As regras contabilísticas não deixam fazer isso, acho.

Portanto, não há uma mais correta, há hipóteses que levam a determinadas consequências.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, as hipóteses subjacentes à política anterior de registo de imparidades podem ser classificadas como imprudentes? Isto à luz das hipóteses de hoje.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — As hipóteses de hoje são as de que o mundo acaba amanhã. As hipóteses do passado eram as de que o mundo ia continuar no dia seguinte.

Portanto, qual é a melhor? Escolha!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — A mais cara?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — A mais cara é óbvio que foi a que levou à recapitalização da Caixa no montante que foi aprovado.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Passo, agora, para outra questão. Já falámos do relatório da Ernst & Young e o Sr. Doutor já criticou vários pontos desse relatório. Trata-se de um relatório que é bastante crítico da DGR e também do Gabinete de Suporte à Função Compliance. Menciona duas auditorias da DAI (Direção de Auditoria Interna) aos processos da DGR que apontam para a fragilidade do sistema de identificação de riscos, *rating*, e concluem que os mesmos não são praticamente utilizados.

A EY vai mais longe quando diz que, todavia, a DAI realiza um trabalho insuficiente ao não verificar os procedimentos da DGR contra as práticas indicadas na regulamentação.

Ou seja, parece que há dois relatórios da DAI que apontam críticas à DGR, mas a Ernst & Young até diz que eram insuficientes, que havia mais críticas a fazer. Depois, ainda diz que esses factos permitem justificar a menor relevância dada à informação sobre risco nos processos de decisão.

Queria perguntar-lhe se se lembra destas duas auditorias da DAI aos processos da DGR. Como é que foram recebidas na DGR? Houve mudanças perante essas duas auditorias? Concorda com as críticas da Ernst & Young?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Podemos partir às fatias?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, sim.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Faça-me o favor de me lembrar caso me esqueça de alguma fatia.

Sobre os modelos de *rating*, modelos de classificação: a construção dos modelos de classificação foi iniciada com o tal projeto Basileia II, que se iniciou algures no início de 2000, e foi preciso construir obviamente modelos de *rating* de empresas e *scoring* de particulares.

Tivemos azar porque entrámos numa altura em que os sistemas informáticos da Caixa estavam em revolução. Não estavam só em revolução, mas em substituição, de tal maneira que, a partir de certa altura, houve uma ordem do Conselho no sentido de não haver mais desenvolvimentos para os sistemas antigos.

Isto quer dizer que, fosse o que fosse que estivéssemos a fazer, se precisássemos de algum desenvolvimento a partir dos sistemas antigos, não conseguíamos.

Foi fácil construir os modelos de *rating*? Foi muito difícil. E foi muito difícil por uma razão: é que os modelos de *rating* têm de ser construídos a partir de uma definição muito precisa de «incumprimento» que está em Basileia e, obviamente, as aplicações antigas da Caixa não iam imaginar qual era a definição que Basileia ia ter de «incumprimento». Portanto, não estava lá.

E, como não estava lá, foi preciso arranjar *proxis*. E o Sr. Deputado sabe tão bem como eu o que é a dificuldade de ir aos sistemas das empresas, arranjar *proxis*, ver se há informação, se não há, enfim, isto leva meses.

Depois, foram construídos os modelos, com alguma dificuldade, e não estavam a ser utilizados. O problema que têm — aliás, isso é reconhecido na literatura, há imensos artigos sobre isso — é levar as pessoas a utilizar os modelos, o que é mais uma chatice, é mais uma coisa que lhes está a ser pedida. Se não têm um incentivo qualquer, se não

sentem que ganham qualquer coisa com a utilização dos modelos, eles «arrastam os pés» na sua utilização.

Depois, lembra-me que a DAI criticou os modelos construídos, o que é fácil — aliás, o papel das auditorias, que é «simpático», é criticar, que é a coisa mais fácil do mundo.

Agora, tem pouco sentido — não é impossível, tem é pouco sentido — construir um modelo de *rating*, ou de *scoring*, ou seja o que for, e ir imediatamente substituí-lo, não se faz. O que se faz é o seguinte: deixa-se utilizar, afere-se da qualidade, e depois vamos novamente rever o modelo, mas depois de termos uma confirmação da validade ou da bondade dos resultados que são obtidos pela sua utilização. Portanto, o que me lembro dos modelos de *rating* e de *scoring* é isto.

Podia ter sido melhor? Pois, podia. Mas nós tivemos de fazer aquilo que podíamos fazer com o que tínhamos.

Quanto à crítica da Ernst & Young, o que me preocupa é o tom deste relatório com a DGR. Preocupa-me porque lança uma mancha, utilizando, como já lhes disse, inverdades. Eu sou licenciado em Matemática e, para mim, as preposições são verdadeiras ou têm a outra classificação. Utiliza um argumento que lhes digo que não é verdade, pois a DGR não participava na decisão — enquanto eu lá estive, isto é, de 2000 a 2010 —, por quatro vezes diz que a DGR não era independente e lança... O trabalho chega a dizer que nós não fazíamos monitorização da carteira, monitorização do risco de crédito, quando está aqui esta lista, que lhes li, de relatórios que produzimos.

E o trabalho, na página 97, diz a seguinte coisa extraordinária: «O parecer de risco elaborado pela DGR propõe condições a incluir no contrato, não se limitando a dar parecer sustentado na probabilidade de incumprimento e nos níveis de perdas potenciais em caso de incumprimento».

Agora, acompanhem-me nisto: eu, por acaso preparei-me, fui ao *site* da Moody's e fui ver qual era a probabilidade de incumprimento de um 3B e vi que era de 0,464%. Depois, fui ao *Wikipedia* e fui ver que parâmetros de LGD eles têm lá relacionados com ativos e vi que era de 20%. Isto, sendo que PD é probabilidade de incumprimento (*Probability of default*) e que LGD é *Loss given default*. Portanto, é o que eles estão aqui a pedir. E eles não se limitavam a dar probabilidade de incumprimento e níveis de perda potenciais.

Ora bem, imaginem o que era um parecer que fosse dado nestes termos: a probabilidade de incumprimento é 0,464% e a perda em caso de incumprimento é 20%. Portanto, temos aqui — e ajudavam-nos a fazer a conta, que era 0,2% x 0,464%, o que dava 0,0928% — 0,0928%. E, então, o número que apresentávamos ao Conselho era este. Ora, se alguém desse um parecer de crédito dizendo estes três números, as pessoas perguntavam: «O que é que se passou?»

E, já agora, eles esquecem-se aqui de uma grandeza, que é a exposição em caso de *default* (EAD — *Exposure at default*) e que é diferente no mútuo, que tenha um plano de amortização que seja definido, e numa conta corrente, que nós assumimos que, em caso de *default*, está completamente utilizada. Eles esquecem-se desse número.

Portanto, apontam como grande dificuldade da DGR nós irmos além disso. E dizem o seguinte: «Não obstante as referidas condições visarem, de um modo geral, uma maior proteção da CGD na operação,...» — e é sempre assim «de um modo geral», é espantoso! — «... a DGR não é totalmente independente da decisão, quer pelo envolvimento nas propostas,...» — e eu já expliquei que a DGR não se envolvia nas propostas — «... quer pela participação no processo de decisão acima do 4.º escalão de decisão.» Já agora, este «acima do 4.º escalão» é importante.

Não sei se já falei — já estou tão cansado que já não sei — do «acima do 4.º escalão».

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Já!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Portanto, reparem: um relatório destes, que lança isto uma série de vezes, que está sustentado em algo que não é verdade, lança uma nuvem inacreditável sobre o trabalho, primeiro, em geral, de milhares de pessoas da Caixa, durante 15 anos, e, em particular, dos nossos colegas da DGR, que trabalharam seriamente e com afínco durante todo este ano.

Sinceramente, eu não consigo perceber. Mais, já agora, digo-lhe uma coisa que é espantosa: não encontra neste relatório uma única secção — como encontra sobre a gestão de risco, sobre a auditoria ou sobre a *compliance* — sobre a atividade que efetivamente está na origem dos problemas. Qual é ela? É a atividade comercial. Encontra alguma secção sobre a atividade comercial, como encontra uma secção sobre a gestão de riscos? Eu não encontrei!

Mais, eles dizem que há problemas na contratação de operações — e corrija-me se eu estiver errado —, referindo que há operações que não foram contratadas de acordo com o modo como foram aprovadas. Eles dizem que isto é um problema que se chama de «risco operacional». Mas, em todo este relatório, pelo menos no que li, eles dedicam alguma linha ao risco operacional? Não há uma linha! A Caixa teve um projeto fantástico de risco operacional e tem uma aplicação de risco operacional. Todos estes problemas de risco operacional devem ter sido detetados através dessa aplicação. Ou não foram? Não sei! Como referi, estou fora, não tenho responsabilidade, não sei. Estou aqui a «levantar lebres» e a levantar pistas. Se calhar, os problemas não são só da decisão. Há outros problemas, há

outro tipo de riscos, em que a Caixa incorreu, que foram mensurados ou não, que foram identificados ou não. Não sei. Sinceramente, não sei. E o relatório não me ajudou a esclarecer esses temas.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Por isso é que temos esta Comissão, é para que nos possa ajudar a esclarecer essas partes que, se calhar, não estão aqui.

O senhor identificou que essa responsabilização da área comercial não está no relatório. Mas o senhor tem aqui uma oportunidade, nesta Comissão, de nos dar elementos para nós percebermos qual é a responsabilidade dessa área.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Eu dou-lhe todos os elementos que puder dar da área de risco — e tenho-lhe dado aqui...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não, da área comercial...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Da área comercial, não posso dar-lhe, porque eu não estava lá, eu não decidi.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não estava lá, mas tinha reuniões em que estavam as duas partes e identificou que havia alguns elementos que não estão neste relatório de auditoria e que identificavam outros problemas.

Portanto, gostávamos de perceber, através de si, que está mais dentro do que nós, o que é que se passava.

Mas a minha pergunta tinha a ver com o seguinte: a Direção de Auditoria Interna fez duas auditorias aos processos da DGR. Identificou que não era aplicado o processo de *rating*. E a Ernst & Young diz que isso

permite justificar a menor relevância atribuída à informação sobre risco nos processos de decisão.

O que penso que o senhor podia tentar fazer aqui era contrariar esta ideia.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Ou seja, já disse aqui que a Direção de Gestão de Risco não era desconsiderada, mas é o que parece. É que nós vemos que havia aqui um conjunto de críticas à DGR que, depois, eram justificação para não ser tido em conta aquilo que a DGR dizia.

E depois há também um conjunto de problemas que vêm da área comercial, que não estão no relatório e que também não nos está a saber dizer quais são para nós podermos chegar a conclusões sobre de quem é, de facto, a responsabilidade por estas perdas aqui identificadas. Se não é da Direção de Gestão de Risco, se é de outra área comercial, então, ajude-nos a perceber quem é que foi o responsável por estas perdas.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — É muito difícil eu ajudá-lo a perceber quem é o responsável. O que posso dizer-lhe é o seguinte: uma vez que um sistema de *rating* de empresas está a funcionar, acontece um pouco aquilo que os americanos dizem, que é: «Nós podemos levar um cavalo à água, mas não podemos obrigá-lo a beber». Isto é, o sistema está lá para ser utilizado — o sistema foi desenvolvido, a área informática pô-lo no sistema central e é possível utilizá-lo —, mas se a área comercial não o quer utilizar, não o utiliza.

Agora, a DAI fez relatórios de auditoria. E posso dizer-lhe que as auditorias aos modelos foram pedidas por nós, que a DAI, na altura,

considerava não ter tecnologia suficiente para fazer as auditorias e que nós sugerimos, e foi adotado, que fossem constituídas equipas mistas da DAI e de consultores. E isto era uma coisa que se fazia muito na Caixa: se não sabemos fazer isto, vamos contratar quem sabe e vamos pôr pessoas nossas a trabalhar com eles, porque, no fim do processo, há uma transferência de tecnologia, naquela parte específica, dos consultores para dentro da Caixa.

Portanto, as primeiras auditorias aos modelos de *rating* e de *scoring* foram feitas dessa forma. Depois, passaram a funcionar autonomamente — fantástico! Criticaram-nos — fantástico!... Nós não estávamos à espera de outra coisa, que fossemos criticados. Não fizemos ótimo da primeira vez — ninguém faz. Fizemos melhor da segunda. Mas, como lhe disse, é preciso algum tempo entre a primeira e a segunda. Não faz sentido rever o modelo imediatamente.

Agora, isso é opinião da Ernst, é a opinião deles. Opinião contrária também poderia ter sido, se calhar... Bem, apesar destas dificuldades todas, os modelos até começaram a ser utilizados. Começaram, podia ser... É a maneira de «ver o copo meio cheio ou meio vazio». Eles gostam de ver o copo meio vazio. Enfim, nós não temos nada a ver com isso.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Peço ao Sr. Vice-Presidente, João Pinho de Almeida, o favor de me substituir durante 5 minutos.

Neste momento, assumiu a Presidência o Vice-Presidente João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Marques, do PSD.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Vasco Orey, disse-nos ainda agora uma coisa muito importante. No fundo, definiu bem a diferença entre duas estratégias de recapitalização, que tiveram ambas bons resultados face à estratégia inicial. Mas, de facto, há uma que foi muito mais cara do que a outra e, sobretudo, foi mais cara para os contribuintes.

Há bocado, vi-o aí a brincar com a calculadora, a dar um exemplo, e fico com pena que os administradores da Caixa, no seu tempo, não tenham usado mais a sua calculadora. Se calhar, o telemóvel deles era mais importante do que a calculadora.

Chegámos a este momento da Comissão e percebemos que, apesar de o Governador Vítor Constâncio ter dito que os rácios da Caixa eram bons e que foi a crise que terá deitado abaixo alguns destes créditos — é dito por ele e por mais gente —, o que é facto é que a direção de risco já sabia, a direção de risco não queria emprestar este dinheiro, e ainda não tinha chegado a crise. Se tivessem seguido os vossos conselhos e os vossos pareceres, se calhar, ter-se-ia poupado muito dinheiro aos contribuintes.

Por isso, pergunto-lhe: conhecendo bem o funcionamento da Caixa Geral de Depósitos, e tendo há bocado dado o exemplo de um PIN, considera que a administração da Caixa era muito sensível às prioridades políticas da tutela?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr. Deputado Duarte Marques, eu até tremo quando o oiço. Tremo quando o oiço! Fico aterrado! E fico aterrado porque o Sr. Deputado põe uma responsabilidade em cima da DGR que ela não tem. Isto é: se as condições que a DGR propunha tivessem sido aprovadas, o mundo ter-se-ia apresentado diferente?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Teríamos poupado algum dinheiro ou não?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Vamos lá ver, a nossa expectativa era a de que o capital da Caixa ficasse protegido daquela forma. Se aquelas condições tivessem sido aprovadas, não sei se não teria acontecido pior.

A nossa expectativa era a de que tivesse acontecido alguma coisa de normal e por isso é que propúnhamos essas condições. Mas não posso vir aqui garantir que nós sabíamos aquilo que iria ocorrer. Não posso garantir! Não é sério fazer isso!

Agora, permita-me lembrar-lhe que no desenvolvimento de uma operação é crucial o momento da sua aprovação, mas também é crucial o que é que se faz ao longo da vida dela. Foi por isso que escrevi na minha apresentação inicial «aprovação/seguimento».

O que é que se faz ao longo da vida dela? Como é que ela é tratada?

As melhores de todas são aquelas em que o dinheiro sai, tem garantias suficientes e os planos de pagamento são cumpridos, os juros são pagos e o empréstimo está amortizado. Houve milhares assim e ninguém fala nelas. Das que correram bem, infelizmente, ninguém fala nelas.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Doutor, nós estamos cá para ver o que correu mal e para impedir que volte a acontecer. Temos de olhar para o que correu mal.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — E o que não volta a acontecer... Eu já tive ocasião de ser muito aberto com os senhores e dizer que tipo de incentivos é que não estavam lá, e que permitiram que isto acontecesse, e que tipo de incentivos estão lá agora. Compete aos senhores julgar se são suficientes para prevenir de novo o acontecimento.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Doutor, nós hoje temos noção de que a Caixa está muito mais controlada e também temos noção de que houve, de facto, um período muito perigoso da Caixa.

Mas temos aqui perante nós uma das pessoas, ou das poucas, que terá cumprido o seu papel na Caixa.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Deixe-me só dizer-lhe...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não sou juiz e não tenho de julgar ninguém, mas permita-me poder elogiar. É que toda a gente diz mal da Caixa, mas há aqui coisas boas e a direcção de risco fez um bom trabalho, como outras áreas da Caixa também fizeram.

Dos serviços que já aqui ouvimos, a direcção de risco é claramente aquela que alertou para problemas que entretanto se vieram a verificar. Portanto, como é uma pessoa que cumpriu, pelo menos, ao que parece, bem o seu papel, permita-me que lhe pergunte se, da sua experiência dentro da Caixa, considera, de alguma forma, que o seu trabalho, não digo que tenha sido desrespeitado, mas, muitas vezes, parece que a Direcção de Risco foi posta ali num jarrão ao lado e que foi ignorada. A conclusão que eu tiro é a de que, se não fosse ignorada, ter-se-ia poupado muito dinheiro aos contribuintes.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr. Deputado Duarte Marques, deixe-me dizer-lhe o seguinte: enquanto fui funcionário da Caixa Geral de Depósitos — emociona-me dizer isto —, milhares de pessoas, empregados da Caixa, que trabalharam todos os dias, e trabalharam bem, deram o seu melhor à Caixa Geral de Depósitos. Pode ter a certeza de que fomos todos assim! Custa-me ouvir dizer que eu cumpri o meu papel e os outros não

cumpriram. Todos nós cumprimos o papel! Todos nós, funcionários da Caixa Geral de Depósitos, cumprimos o papel. Todos! Desde o Minho até ao Algarve, todos cumprimos o papel.

Agora, o Risco não era um jarrão, o Risco fazia o seu papel, o Risco não podia mandar na Caixa Geral de Depósitos, o Risco fazia as suas recomendações e, depois, houve pessoas que decidiram sobre elas. Pronto. Não há aqui nenhuma acrimónia, não há nada, decidiram. Agora, as pessoas têm é de ser responsáveis pelas decisões que tomaram. Responsabilizem-se pelas decisões que tomaram!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Doutor, agradeço imenso o seu testemunho, mas quero só esclarecer que estava a falar das administrações, porque aqui o que parece é que os funcionários da Caixa cumpriram o seu papel e, depois, um conjunto de administradores inverteu as recomendações e a prudência de defesa do interesse da Caixa e dos contribuintes.

Portanto, quando falo em quem não cumpriu o seu papel, à partida, estou a falar de muitos administradores, e o seu discurso confirmou isto.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Repare numa coisa: é fácil dizer, à segunda-feira, que substituições deveriam ter sido feitas no Benfica — é fácil! —, o problema é durante os 90 minutos de jogo.

Eu acredito que as pessoas que decidiram o fizeram com o interesse da Caixa Geral de Depósitos.

Pode haver, inclusivamente, decisões que são tomadas por motivos desconhecidos do Risco. Não digo que tenha acontecido, mas vou dar-lhe um exemplo. Suponha que há uma zona do País que está com uma grave crise de desemprego e suponha que há um empresário que decide investir nessa zona.

Se me permite, vou contar-lhe uma história que se passou em 1941 e que está relatada na *Aurora do Lima*. Viana do Castelo era um distrito com muito desemprego e o Estado decidiu construir uns estaleiros em Viana e chamou duas pessoas para fazerem o projeto. Isto podia acontecer hoje em dia: termos uma zona de grande desemprego e haver um projeto. O projeto foi financiado, 10 000 contos, em 1941, pela Caixa Geral de Depósitos. E o que é que foi dado em garantia? Lá a DGR da altura deve ter dito «hipoteca dos estaleiros e de todo o equipamento». Sim, senhor. Mas mais? Talvez mais: «hipoteca de todos os bens dos dois promotores». Sim, senhor. Mais? Talvez mais: «hipoteca dos bens das mulheres dos promotores». Sim, senhor. Portanto, houve aqui um caso nítido de uma influência para realizar um projeto — a DGR da altura não devia saber —, mas houve uma promoção de emprego numa zona difícil e, ao mesmo tempo, uma obtenção de garantias para o empréstimo.

O que eu lhe quero dizer é o seguinte: pode haver operações que têm um outro desígnio e que a Caixa pode ter de financiar essas operações.

E agora não resisto a dizer-lhe como é que eu sei esta história de 1941.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Era o avô do senhor?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Foi um senhor de Viana que se chamava João Cerqueira e o meu avô e os milhões deles. Puseram tudo em jogo nos Estaleiros de Viana do Castelo.

Portanto, o que eu quero dizer é que pode haver operações cujo motivo último a DGR não saiba. Admito que possa haver.

Nós olhamos para aquilo do ponto de vista estrito do risco, quando a operação tem uma outra envolvente que nós não conhecemos.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Era tempo de gente séria, se calhar!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — O meu avô era muito sério.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Pelo que parece, era. O problema é que agora fizeram-se coisas completamente ao contrário, andou-se a brincar com dinheiro que não era das pessoas.

Sr. Doutor, depois do que me disse e da emoção com que falou, gostava de apelar, em nome de todos esses funcionários da Caixa — e o Sr. Doutor presenciou muita coisa, eu não o quero responsabilizar porque nós vamos saber da Caixa — mas também em nome dessa gente que tem sido tão mal tratada por culpa de administradores que deram mau nome à Caixa, a que nos diga aquilo que viu e porque é que tanta gente contrariou aquilo que a Caixa dizia às pessoas para não fazerem, numa altura em que não havia crise e, afinal, veio a haver.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Eu posso ser o pessimista — se calhar, eu era o pessimista —, o arauto da desgraça, seja o que for, mas nós tínhamos uma postura coerente ao longo do tempo. Estudávamos as operações, olhávamos para elas e tínhamos memória, que é outra coisa que é muito importante.

Nós, na DGR, rapidamente criámos um arquivo informático dos pareceres, portanto era muito fácil ver o que é que tinha sido dito em situações semelhantes. Agora, não houve mau tratamento das pessoas...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Ninguém está a dizer isso! Não estou a dizer que foram mal tratados!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não, nós nunca fomos mal tratados.

Agora, o que é que levou as administrações a decidirem ao arrepio daquilo que a DGR dizia? Eu não decidi! O que é que quero dizer com isto? Sr. Deputado Duarte Marques, tem de fazer essa pergunta a quem decidiu.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas o Sr. Doutor é testemunha de quase tudo, não é cúmplice, é testemunha e eu gostava que nos dissesse...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Eu não sou cúmplice de nada, nem vou passar a ser.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — É testemunha! E é uma testemunha privilegiada para os portugueses poderem saber...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Eu posso dar o testemunho daquilo que fiz. Posso dar o testemunho do que escrevi nos pareceres e do que é que desenvolvemos na DGR. Não posso dar... Está a pedir-me uma coisa muito injusta. Ia falhar, até em termos de memória, porque não tenho de memória reuniões que se passaram há mais de 10 anos, o que é que as pessoas disseram ou fizeram. Não posso, não consigo.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O Sr. Doutor, há bocado, falou do Benfica e de se saber o resultado à segunda-feira. Se o departamento médico do Benfica disser que um jogador está lesionado e o treinador o escolher para jogar, algo de errado se passa.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Erradíssimo!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Portanto, se os médicos da Caixa diziam para não fazer este investimento e os administradores o decidiam, qual era o tal desígnio? Diria que o desígnio era o interesse político das decisões? Posso perguntar se, por exemplo, alguns administradores, em diferentes administrações, nestes casos mais concretos Armando Vara, Francisco Bandeira, etc., eram uma espécie de representantes do PIN quando se tomavam decisões.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Diria que a administração da Caixa tomou decisões de crédito tendo em vista a certa altura... Aliás, é fácil de ver: olhem para o crescimento do crédito nos anos em que começou a crise e vejam o que é que aconteceu nessa altura.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O que é que aconteceu?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Cresceu! O crédito cresceu!

Quando começou a crise, havia uma série de políticas públicas que defendiam o injetar dinheiro na economia.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — E a Caixa cumpria?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não sei se tinha instruções, nem sei se cumpria. O que pode ver através do crescimento do crédito é que pode haver uma certa relação entre ele e o que eram as políticas públicas.

Não estou a dizer que a Caixa cumpria ordens, estou a dizer que pode haver uma relação entre o que eram as políticas públicas e o crescimento do crédito.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Doutor, foi para a Compal quando?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Pouco tempo depois — uns meses depois — de a Compal ter sido adquirida.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Tinha alguma experiência de gestão?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Experiência de gestão... Era a que tinha na Caixa.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Era sobretudo análise de risco?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sim, sobretudo análise de risco.

E o maior risco da Compal era a saída de pessoas-chave, para além do negócio. Cada negócio tem uma dúzia de pessoas que são a chave na sua condução e o maior risco da Compal era a saída dessas pessoas.

Graças a Deus, não saíram e esse é que foi o meu grande trabalho. O meu grande trabalho foi manter lá essas pessoas, e elas continuaram.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Muita gente diz que a sua ida para Compal foi uma forma de tirarem o pessimista da direção de risco permanentemente.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Isso é que acho extraordinário, porque não conseguiram! E, para mim, o que é mais extraordinário é que durante 10 anos me mantiveram lá.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas tentaram, então?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Nunca ninguém tentou! Nunca! Acha que, alguma vez, iria deixar a DGR naquela altura? Nem pensar!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Naquela altura, nem pensar. Isso porquê? Porque estava a haver um aumento do crédito e um aumento do risco e o aumento da facilidade de atribuir crédito?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não. Naquela altura, estava numa fase da minha vida em que tinha de fazer... Não podia abandonar, de maneira nenhuma, a DGR. Não podia. E considerava que podia ter um papel positivo na Compal. Quer dizer, alguém há de julgar se tive um papel positivo ou não, não me compete a mim.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Terminava com uma questão, Sr. Doutor: depois de tudo o que viu, depois do que viveu, tendo em conta que, durante tantos anos, a direção de risco deu pareceres negativos que foram ignorados e que algumas decisões, que geraram grandes perdas para a Caixa e para os contribuintes, foram tomadas contra a opinião da direção de risco, nunca sentiu responsabilidade, vontade, nunca sentiu que o seu orgulho estava ferido? Nunca ponderou denunciar esse comportamento padrão da administração da Caixa que reiteradamente fazia maus negócios contra a vontade dos serviços da Caixa que conheciam o terreno? Nunca teve vontade de escrever uma carta como a do Dr. Almerindo Marques a denunciar o que se estava a passar? Ou arrepende-se de não a ter escrito?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr. Deputado, quer uma resposta muito honesta? *I'm not a rat*, não sou um rato, não sou um denunciante.

Se tiver alguma coisa a dizer, digo a quem reporto. Repare, o Dr. Almerindo saiu e escreveu ou escreveu e saiu — não faço a mínima ideia.

Considero o Dr. Almerindo um amigo. O que estou a dizer é que...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não lhe estou a chamar nomes!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não, não. O que estou a dizer é que fui funcionário da Caixa Geral de Depósitos e se tinha alguma coisa a dizer dirigia-me ao meu superior hierárquico. Nunca na minha vida escreveria uma carta a denunciar alguém! Nunca na minha vida iria ter uma reunião com alguém para denunciar uma situação da Caixa! Isso está para além da minha forma de atuar. Não faço isso!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Posso perguntar apenas se o fez internamente a alguma administração ou a algum administrador?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Posso dizer-lhe que expressei preocupações. Não lhe vou dizer a quem!

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Fernando Rocha Andrade.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar esta ronda, tem a palavra o Sr. Deputado João Marques.

O Sr. **João Marques** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, nesta fase em que as perguntas e o cansaço já vão onde vão, pego na imagem que deu, há pouco, do futebol e dizer que o que se passou aqui também, basicamente, foi que a equipa jogava ao fim de semana, havia avaliações

do que se fazia durante esse fim de semana, e que eram reportadas a quem de direito, mas só passados vários campeonatos é que estamos a fazer a efetiva avaliação dessas avaliações que não eram tidas em conta.

Em relação a esse tipo de avaliações, foi aqui feita alguma alusão, aliás, falou-se mesmo em facilitismo por parte da administração. Pego nas palavras que disse no sentido de não sair naquela altura e de não deixar, naquela fase, a DGR e reforço a pergunta sobre esse momento. Ou seja: tinha mais alguma razão, além da fase da sua vida, para não sair naquela altura, mesmo que quisessem tirá-lo de lá?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr. Deputado, estou muito cansado. Qual foi a sua pergunta?

O Sr. **João Marques** (PS): — Basicamente, pergunto se, para além das questões pessoais, que referiu, como disse o Sr. Deputado Duarte Marques, a ida para a Compal teria sido a forma de o retirar da DGR.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não foi, porque nunca me retiraram da DGR!

O Sr. **João Marques** (PS): — Pronto, por isso mesmo, mas referiu que não saía,...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Nunca! Continuei como diretor...

O Sr. **João Marques** (PS): — ... que trabalhava lá... Não fixei as palavras...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Ninguém me tirou. O que acho espantoso é que, ao longo dos 10 anos, nunca ninguém me tirou da DGR.

Mas, sobre a ida para a Compal, trabalhava que nem um louco! Isto porque tinha as minhas tarefas, as minhas funções normais na Caixa e, depois de acabar tudo na Caixa, tinha funções na Compal. Era o que se passava.

Aliás, a Compal é uma empresa espantosa, mas isso é uma coisa diferente.

O Sr. **João Marques (PS)**: — Já pudemos verificar aqui — e acho que é uma opinião generalizada — que aquilo que esteve sempre no ponto de cisão era quem decidia efetivamente na administração. Contudo, é feita também uma referência, e voltando ao relatório da Ernst & Young, à debilidade do normativo interno.

Na página 97, inclusivamente, é feita uma referência aos elementos mínimos que deviam fazer parte dos processos e que deviam acompanhar as propostas de crédito. Não sei se tem isso presente ou se quer verificar, mas falava-se de vários pontos que deveriam fazer parte deste processo.

O que é que tem a dizer em relação a este tipo de observação, nomeadamente à análise da capacidade mutuária para reembolso ao financiamento, uma vez que se diz que não era inserida, apontando-se como uma debilidade?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — O que está aqui escrito é muito curioso, porque o normativo interno não previa. Mas, se pegarem num parecer do risco, vão ver que há uma secção sobre a informação contabilística e rácios. Não calculávamos o fluxo de caixa, é verdade, mas está lá o rácio de EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)

sobre dívida, o que lhe dá uma ideia de qual é a capacidade de o mutuário reembolsar o financiamento.

Projeção do fluxo de caixa: o Sr. Deputado sabe tão bem como eu que estas projeções são efetuadas a partir de modelos provisionais. E sabe, tão bem como eu, que os modelos provisionais são modelos de *Excel*. Se queremos atingir uma conclusão, acho que a gente constrói um modelo de *Excel* e, depois, «vamos lá fazer isso!».

Comportamento histórico do pagamento do mutuário: oiça, é óbvio que isto era verificado! Tem incumprimentos ou não tem incumprimentos? Aliás, o Banco de Portugal diz... Esta, para mim, é a mais fantástica: «verificação do cumprimento com o normativo em termos de adequação das garantias prestadas», repito, «prestadas»! Não são as garantias propostas, são as garantias prestadas.

As garantias prestadas só podem ser verificadas, no que toca ao acordo com o normativo, depois de estarem constituídas! Não são as garantias propostas.

Cálculo do *rating* ou a utilização do *rating* na apreciação do risco: aqui é preciso dizer uma coisa, desde 1900 e tal, inclusivamente antes de eu entrar, o Dr. Amílcar Camacho, que foi o diretor da DRO, direção à qual a DGR sucedeu, já tinha desenvolvido um modelo de notação de risco.

O que é que é um modelo de notação de risco? É um modelo que lhe dá uma notação, mas não lhe dá uma probabilidade de incumprimento. Na altura, quem falava na probabilidade de incumprimento eram os departamentos de finanças nalgumas universidades nos Estados Unidos.

Em Portugal, ninguém sabia o que era uma probabilidade de incumprimento. O que havia era esta notação de *rating*.

Portanto, o que estão aqui a dizer é das tais coisas, é relatório Ernst! É uma coisa que não tem sentido a verificação do cumprimento do normativo em termos de adequação de garantias prestadas.

E depois dizem «comportamento histórico dos pagamentos do mutuário». Acha que, tendo nós acesso à central, as pessoas não iam ver qual era o comportamento do mutuário, se tinha incumprimentos ou não!? É óbvio que iam!

O Sr. **João Marques** (PS): — A questão seria estar no processo.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Mas está! Quando há, está!

E como? Análise da capacidade mutuária para reembolsar o financiamento. As projeções de fluxos de caixa não é a única maneira, pode haver outras.

E eles põem isto aqui assim quase como se esta fosse a única religião que se pode professar. Não! Há outras, há outras que se podem professar.

O Sr. **João Marques** (PS): — A verdade, Sr. Doutor, é que foram feitos vários avisos, vários alertas em relação a este tipo de normativos.

Por isso, também lhe queria perguntar, enquanto responsável pela Direção de Gestão de Risco, se alguma vez colocou propostas de melhoria, de apuramento de risco, que tivessem sido vetadas por algum Conselho de Administração.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não, não.

Aliás, nós estávamos afogados em trabalho, corrente e projetos. Nós estávamos afogados nisso. Nunca houve propostas de melhoria que tivessem sido chumbadas. O que havia era: «Acabem os projetos que têm!». E acho que tinham toda a razão — «acabem os projetos que têm!».

O Sr. **João Marques** (PS): — A questão seria estar no processo!

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Basileia II foi um inferno...

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Sr. Doutor, peço desculpa por interromper, mas é só para uma clarificação. Diz que não havia propostas de melhoria? Ou não foram rejeitadas?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não foram rejeitadas. Não foram rejeitadas!

O Sr. **João Marques** (PS): — Mas houve propostas de melhoria?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Há sempre, não é? Há sempre.

Mas há uma coisa que é preciso reconhecer: não podemos estar, numa empresa, sempre naquele afã de «vamos fazer mais um projeto». Não! Vamos fechar, é essencial fechar o que se tem e, depois, abrir novos. E não ter uma multidão de projetos que estão a decorrer ao mesmo tempo e, depois, não se vê o fim de nenhum. Isso não!

O Sr. **João Marques** (PS): — Muito rapidamente, volto a um tema que colocou há pouco. Fale-me um bocado mais, por favor, sobre a comissão que foi constituída para avaliação da administração.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Com o Dr. José de Matos, foi constituída uma comissão de avaliação do Conselho da Caixa Geral de Depósitos. Essa comissão, basicamente, era constituída por três elementos que eram nomeados pelo Sr. Ministro das Finanças. Essa comissão terá funcionado uma vez e desapareceu. Foi substituída por uma outra— e sobre isto posso falar porque retirei a informação toda, e os Srs. Deputados podem ir ver, do *site* da Caixa Geral de Depósitos — que se chama Comissão de

Nomeações, Avaliação e Remunerações. Isto está no *site* da Caixa, onde também se podem ver as competências. Uma das competências — está lá na alínea *b*) — é a de avaliar, com periodicidade mínima anual, os membros do Conselho de Administração, bem como este órgão no seu conjunto. Tem mais, esta é a da avaliação. Depois, tem a nomeação e a composição. Os membros da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações são nomeados pelo Conselho de Administração, que designará igualmente o seu Presidente — isto tudo consta do regulamento que está no *site* —, e tem três a seis membros.

O Sr. **João Marques** (PS): — Ou seja, não está garantida a imparcialidade na análise?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Eu não quero tirar conclusões, só estou a ler o que está lá.

Depois, também o *site* da Caixa Geral de Depósitos nos diz qual é a composição da dita Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações, que é presidida pela — não sei se é doutora, se é engenheira, se o que é que é — Sr.^a D.^a Ana Maria Machado Fernandes. E, quando se vai a ver que é Presidente, vê-se que é vogal não executiva do Conselho de Administração. Depois, tem mais dois vogais, que são os Srs. Manuel Lázaro Oliveira de Brito e António Borges de Assunção. São dois vogais e são membros do Conselho Fiscal.

Portanto, é esta comissão, com esta constituição,...

O Sr. **João Marques** (PS): — Que faz a avaliação.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — ... que avalia, anualmente, o Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **João Marques** (PS): — Efetivamente, não se compreende muito esse tipo de decisões, como não se compreendem outras. Ou, pelo menos, não conseguimos compreender.

De alguma forma, queria mudar de tema: Espanha. Disse, há pouco, que fez parte do banco CaixaBI. Certo?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Estive na administração do CaixaBI, sim.

O Sr. **João Marques** (PS): — De quando a quando?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Ui, não me lembro. Não me lembro. Mas, adiantando serviço, vai falar na *offshore* de Espanha?

O Sr. **João Marques** (PS): — Isso mesmo.

Risos.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Estava à espera disso.

O Sr. **João Marques** (PS): — Vamos a isso. É preciso fechar a porta ou não?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não!

Acho que aí não tem... Vamos lá ver, do ponto de vista do Risco, e é esse o ponto de vista — os senhores, se calhar, não vão gostar nada de ouvir isto —, o *offshore* de Espanha não é mais do que uma localização jurídica do risco que está... Note que o que entra para lá não é risco novo, é risco que já está assumido dentro do grupo.

Do nosso ponto de vista, Risco, o *offshore* de Espanha é um veículo legal onde se depositam certo tipo de riscos.

O Sr. **João Marques** (PS): — Seria o tapete?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Como?

O Sr. **João Marques** (PS): — Seria o tapete para pôr lá...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não, não digo que seja um tapete. Não digo isso. O que digo é que os riscos estão assumidos no grupo. Então, estarem em Lisboa, estarem em Macau ou estarem em Madrid, para o Grupo, para o Risco, do ponto de vista consolidado, é indiferente. Está cá connosco.

O Sr. **João Marques** (PS): — Mas, se estava no grupo, porque é que houve esta transição para lá?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Isso tem de perguntar a quem criou o *offshore* e a quem moveu os ativos de um lado para o outro. Não fomos nós.

Nós poderemos ter tido intervenção nesses ativos quando — e só quando — eles ou entraram para o grupo ou foram reestruturados, se alguma vez foram, e se foi pedido algum parecer para a sua reestruturação.

O Sr. **João Marques** (PS): — É que esta decisão de criar a sucursal é já posterior à presença de um banco, do Banco Caixa Geral.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Exatamente. É bastante posterior à presença do Banco Caixa Geral, em Espanha.

O Sr. **João Marques** (PS): — Portanto, terá sido criado como veículo?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não lhe posso dizer isso. O Sr. Doutor quer que lhe diga que foi criado com esse propósito. Não posso dizer!

O que lhe posso dizer é que, do ponto de vista do Risco, os ativos que estavam num lado foram localizados para outro.

A única coisa com que tínhamos de nos preocupar era se nos perguntassem: «Vocês conseguem continuar a reportar-nos esses ativos?». Se disséssemos «conseguimos.», tudo bem.

O Sr. **João Marques** (PS): — Há quem tenha feito aqui o comentário de que foi um azar terrível, que Espanha foi um azar terrível.

Colocando as coisas nessa perspetiva do azar...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Acho que não há azares nem sortes na vida. Quer dizer, alguns pode haver. Cair-nos um raio em cima da cabeça é um azar de todo o tamanho. Mas, à parte isso, há trabalho e atenção que é dada a problemas ou trabalho e atenção que não é dada a problemas. Pronto.

O Sr. **João Marques** (PS): — Concluo — só me falta mais 1 minuto — referindo-me a dois relatórios de auditoria interna, da DAI, referentes a 2008 e 2009. O de 2009 refere a questão do âmbito e, entre outros pontos, aponta deficiências e insuficiências que importa corrigir em relação à sucursal de Espanha, algumas de natureza estrutural, nomeadamente a

inexistência de um regulamento de crédito e de manual de processos e procedimentos devidamente autorizados, formalizados, cuja correção exigia intervenção da CGD sede — e, entre parêntesis, vem mencionado «onde está a DGR».

Teve conhecimento desse relatório? Da auditoria onde se falava nisso mesmo?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não.

O Sr. **João Marques** (PS): — Esse relatório — é o de 2009 — aponta aquilo que era já observado em 2008. E, nas conclusões, diz o seguinte: «No que concerne ao modelo organizativo e ao manual de processos e de procedimentos, a sucursal estava a avaliar (...). Subsistem, no entanto, as insuficiências de ordem estrutural relatadas, designadamente no que toca a divergências entre o modelo organizativo previsto no manual de governação e implementação no terreno o manual de processos, procedimentos e regulamento de crédito». Ou seja, continuam a apontar, em 2009, os erros de 2008, que se verificaram em 2009 na mesma.

Como é referido especificamente que teria de haver essa regulação e de ser dada essa informação à direção-geral de risco, pergunto-lhe, enquanto responsável da direção-geral de risco, se teve conhecimento desta problemática que já era levantada.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr. Deputado, não me leva a mal que lhe peça uma coisa? É que nós éramos a Direção de Gestão de Risco, não éramos a direção-geral de risco. Não éramos uma direção-geral.

O Sr. **João Marques** (PS): — Peço desculpa. Direção de Gestão de Risco. É o cansaço já.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Relativamente a esse relatório, repare, o que a DAI pode estar a querer dizer é... Esse relatório, de certeza, foi dirigido ao responsável da sucursal. Esses relatórios são dirigidos, normalmente, ao responsável do órgão, ao Presidente do Conselho de Administração — ou ao titular, que é o responsável da auditoria — e ao administrador do pelouro. Tipicamente, acho que são esses os destinos do relatório. Normalmente, nós não seríamos um destinatário do relatório.

Eu, se tivesse responsabilidades na sucursal e se recebesse um relatório desse tipo, o que faria era contactar a DGR e dizer «olhem, estão aqui a dizer-nos que é preciso um regulamento de crédito. Ajudem-nos lá a fazer um regulamento de crédito». Mas não me lembro de ter tido conhecimento desse relatório.

Aliás, não tinha sentido, porque isso deve ser um ponto mínimo dentro de um relatório muito mais comprido e o âmbito do relatório era a sucursal e a responsabilidade da DGR não era a sucursal.

O Sr. **João Marques** (PS): — Faço uma última pergunta, só mesmo para concluir: havia alguma relação explícita entre a Direção de Gestão de Risco e a sucursal de Espanha?

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não mais forte do que aquela que havia com qualquer unidade do exterior.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Na conclusão desta ronda, há apenas uma inscrição de uma Sr.^a Deputada, que creio que é mesmo a única, além do Sr. Deputado João Almeida — aliás, já não está na sala —, que poderia, neste momento, intervir no âmbito desta ronda.

O formato prevê 2 minutos de intervenção.

Tem, assim, a palavra a Sr.^a Deputada Conceição Bessa Ruão.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, queria começar por uma das expressões que usou há bocado. Quando o Dr. Almerindo Marques se despediu do senhor, disse: «o Risco sairia mais reforçado».

Pergunto-lhe: quais eram as fragilidades devidamente identificadas e quais eram as expectativas do reforço?

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Sr.^a Deputada, como os serviços acabam de me dizer, nesta ronda a Sr.^a Deputada tem de usar continuamente o seu tempo e o Sr. Doutor responderá no fim.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Muito bem, Sr. Presidente.

Sr. Doutor, como é que o guardião do crédito, o guardião do capital da Caixa Geral de Depósitos, olha para todas as ordens de serviço que tratam do crédito às empresas? As ordens de serviço de 2003, de 2007 e, inclusive, a de 2016, que mantêm inalterado o ponto 12, dizem o seguinte: «ao Conselho de Crédito e ao Conselho Alargado de Crédito, segundos e primeiros escalões, é possível utilizar, para as operações superiores a 18 meses, contratação de operações sem constituição de garantias, devendo...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — *(Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível registar as palavras do Orador.)*

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Ó Sr. Doutor, já agora deixe-me acabar, que o meu tempo está quase no fim.

Como dizia, refere o ponto 12: «... tendo apenas em conta a prática da concorrência, o *rating* da empresa e o seu relacionamento comercial com o grupo».

Esta é a primeira questão: é o acionista que insiste em manter este ponto 12 ao longo destes quase 20 anos? Ou, então, que interesses estão aqui para serem salvaguardados?

Outra questão tem a ver com a Compal. Pergunto: a Caixa Geral de Depósitos compra a Compal por ser um projeto PIN, quando já existiam a Unicer e a Central de Cervejas na área das bebidas?

Ainda uma outra questão: a Caixa Geral de Depósitos pagou, por 80% das ações da Compal, 365 milhões de euros e pagou pela Nutricafé 61 milhões de euros, segundo o relatório e contas de 2007...

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Tem de concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Com a tolerância do Sr. Presidente.

Entretanto, decide, em 2007, de acordo com reuniões e a decisão de março de 2008, alienar em três fases esta participação. Pela participação no total das duas fases de 31,8% recebeu 50 milhões de euros, quando, face ao valor de aquisição, o valor era de 173 830 milhões de euros.

Pergunto: como é que o guardião do capital da Caixa Geral de Depósitos olha para estas perdas?

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sr.^a Deputada, deixe-me dizer-lhe o seguinte: Dr. Almerindo Marques. Tanto quanto eu me lembro, a ideia de que o Risco sairia reforçado era a de que a intervenção da DGR em termos

de pareceres iria ser incentivada e alargada e, efetivamente, foi-o. Portanto, o risco saía reforçado.

Sobre as ordens de serviço de 2003 e 2007. Está a falar-me da n.º 13/2003, não é?

A Sr. **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — E da de 2007...

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Pois, mas a n.º 13/2003 é a que me é especialmente cara.

Eu não a tenho aqui, mas veja lá se não diz lá «sem a constituição prévia de garantias»?

A Sr. **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Se me permite, vou ler: «Compete ao Conselho de Crédito e ao Conselho Alargado de Crédito, segundos e primeiros escalões de decisão, autorizar a contratação de durações de prazo superiores a 18 meses sem prévia constituição de garantias».

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Ah, sem prévia! É o que eu lhe estava a dizer! É o que eu estou a dizer desde o princípio! Sem prévia! Sem prévia! Sem prévia!

Eu digo-lhe isto porque essa ordem de serviço — aliás, no outro dia acho que foi o Dr. Dias Garcia que disse isso — foi feita por um dos juristas mais brilhantes que eu conheci na minha vida e que os Srs. Deputados, com certeza, conhecem. Essa ordem de serviço foi feita... quem a fez, quem, basicamente, escreveu isso tudo foi o Dr. Fernando Conceição Nunes, que é uma pessoa fantástica, extraordinária, de uma capacidade completamente anormal, no sentido de extraordinário, e foi um gosto extraordinário trabalhar com ele nisso.

Portanto, nós tivemos o cuidado de fazer isso, mas não é sem garantias; é sem a prévia constituição de garantias. É dar novamente uma liberdade ao Conselho que, novamente, como todas as liberdades, tem de ser monitorizada. É dar ao Conselho autoridade para fazer isso. Se quer que lhe diga...

Mais: Compal. Não era PIN, nunca foi PIN. Uma pena...

A Sr. **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Há bocado, referiu a Artlant.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Não, a Artlant foi; a Compal não!

Eu não me lembro de a Compal ter sido PIN... Aí é um erro total meu se o referi. Se dei a entender isso, peço desculpa, porque foi erro meu.

A Compal... Aliás, lembro-me que, na altura, já agora, dizia-se — e nós não sabemos se é verdade ou não — que estavam em concorrência não portugueses para a aquisição do capital da Compal.

A Sr. **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Um grupo espanhol.

O Sr. Dr. **Vasco Orey**: — Sim, um grupo espanhol.

Portanto, não me repugna nada a Caixa ter-se metido ao barulho e ter feito com que a Compal continuasse em Almeirim, e lá continua. Também continua a Frize lá em cima ao pé de Vila Flor e está florescente e a fazer bem.

Quanto aos valores de compra e de venda: *no idea*. A sério: como lhe disse, a minha grande preocupação na Compal era garantir — e, por acaso, até os induzi em erro — que as pessoas ficavam lá. Saiu uma. Saiu uma pessoa da Compal desse conjunto de pessoas-chave.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Muito obrigado.

Neste momento, peço às pessoas que não fazem parte da Comissão de Inquérito e dos serviços que abandonem a sala.

Peço aos serviços para darem indicação ao Canal Parlamento no sentido de pararem a transmissão desta reunião, pois prosseguiremos a reunião à porta fechada para as respostas que sejam necessárias dar dessa forma.